



Gouveia
Coro é
embaixador da
Serra da Estrela

Em Foco → Pág. 13

Peso da Régua
Quadros
de benfeitores
recuperados

Panorama → Pág. 2



Estado social
A falácia da
redução da
despesa pública

Opinião → Pág. 23

VOZ DAS MISERICÓRDIAS

diretor: Paulo Moreira | ano: XXIX | março 2013 | publicação mensal



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUEAS

Parlamento aprovou lei de bases da economia social



O Parlamento aprovou recentemente a lei de bases da economia social que estabelece o regime jurídico e as medidas de incentivo ao sector. O documento aprovado por unanimidade

Diploma prevê um estatuto fiscal mais favorável para economia social

de pelos deputados define as “bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade”. Foi a 15 de março. Abrangendo Misericórdias,

cooperativas, fundações, associações mutualistas, instituições particulares de solidariedade social, associações “com fins altruísticos” desportivas e culturais, entre outras, o diploma pre-

vê ainda que as entidades de economia social beneficiem de um estatuto fiscal mais favorável definido por lei em função dos respectivos substrato e natureza. **Destaque, 4 a 6**

Projeto

Primeira pedra em Portalegre

O lançamento da primeira pedra do novo lar foi um momento marcante na Misericórdia de Portalegre, que já há vários anos almejava, mas sobretudo precisava, deste “arranque” para o futuro. **Terceira idade, 14**

Apoios

Linha de crédito para 27 Santas Casas

Foram 27 as Santas Casas que obtiveram apoio financeiro junto das linhas de crédito do governo e do Montepio Geral. Para ter acesso à ajuda, é obrigatória a apresentação de um estudo de viabilidade financeira. **Ultima, 24**

Distribuídas mais de 40 mil embalagens

Saúde São 61 as Misericórdias inscritas no banco de medicamentos, que já distribuiu cerca de 40 mil embalagens desde a sua criação em dezembro de 2012. A iniciativa conta com a participação da UMP, que assim viabiliza para as Santas Casas a possibilidade de receberem medicação gratuita para os seus utentes mais carenciados. **Em Ação, 8 e 9**

Distinção

Golegã recebe prémio da Missão Sorriso

A Misericórdia da Golegã foi uma das entidades vencedoras da Missão Sorriso, tendo a entrega do prémio sido realizada numa cerimónia promovida pelo grupo Sonae, no Hospital de Santa Maria, a 27 de Fevereiro. **Em Ação, 10**

PANORAMA

ESPAÇO SÉNIOR

25 ANOS
DE ACADEMIA

Ainda na sequência da celebração dos 25 anos, teve lugar, Fevereiro, um encontro de coros, iniciativa de um grupo de associados que se constituiu para dar o seu contributo para estas celebrações

Da dinâmica de um grupo de 30 pessoas, que acreditaram que os mais idosos tinham a apetência e a competência para a cooperação e transmissão do saber, nasceu em outubro de 1987 a nossa Academia de Cultura e Cooperação.

No processo obtiveram o apoio da União das Misericórdias para este projeto, que hoje conta com mais de 500 associados.

Fruto do voluntariado de professores qualificados, são ministradas várias disciplinas, que vão da área artística, a línguas, informática, história, direito etc.

Sem fins lucrativos, a nossa Academia tem objetivos bem definidos, oferecendo aos seus associados um espaço de convívio, cooperação, cultura e lazer, proporcionando-lhes novas experiências, num combate permanente contra o isolamento e exclusão.

As comemorações dos 25 anos de existência da nossa Academia têm vindo a decorrer desde Dezembro, com um almoço convívio participado e animado e a celebração da eucaristia, onde foram evocados os associados já falecidos.

Ainda na sequência da celebração dos 25 anos, teve lugar, Fevereiro, um encontro de coros, iniciativa de um grupo de associados que se constituiu para dar o seu contributo para estas celebrações.

O encontro teve lugar no anfiteatro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Reiteramos os nossos melhores agradecimentos a esta entidade que mais uma vez não negou a sua participação nas iniciativas da nossa Academia.

O coral da Amadora, o coro do LNEC e o coro da Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, após interpretações individuais, juntaram-se ao nosso grupo coral para um final brilhante e comovente interpretando o tema Cantorum iubilatio.

A Paróquia de São João de Brito apoiou esta iniciativa, disponibilizando o seu ginásio, onde foi servido um lanche aos associados e seus convidados.



Purificação Noronha
Academia de Cultura
e Cooperação da UMP
academiadecultura@ump.pt

A SUBIR
ACOLHER
TURISTAS

Portugal está entre as 10 nações que melhor acolhem os turistas estrangeiros. Os dados são do relatório internacional "The Travel & Tourism Competitiveness Report" de 2013.

A DESCER
RECESSÃO
DE 2,3%

Em vez de uma recessão de 1,9%, como previa há dois meses, o Bando de Portugal aponta uma contração de 2,3% para 2013.

A FRASE



PAPA FRANCISCO

"A alegria cristã não nasce de possuir um monte de coisas, mas de ter conhecido Jesus. De sete a 70 anos, o coração não envelhece"

→ A FOTOGRAFIA



PESO DA RÉGUA QUADROS DE BENFEITORES RECUPERADOS

Graças a um protocolo assinado entre a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e o Museu do Douro, foi possível recuperar um conjunto de 14 centenários quadros da instituição. Os quadros retratam benfeitores da Misericórdia e onze deles foram encontrados num local de arrumos em estado de degradação. Os outros três encontravam-se expostos na Santa Casa, mas igualmente a necessitar de intervenções tecnicamente especializadas. Os quadros ficaram à guarda do Museu do Douro, que se encarregará da sua manutenção e da sua exposição no âmbito das suas competências e saberes próprios.

→ O NÚMERO

64 MIL PAIS VIVEM SOZINHOS COM FILHOS

Mais de 64.000 pais vivem sozinhos com os filhos, um número que aumentou 33,2% na última década, apesar de ainda ter um "peso baixo" (13,3%) face ao total de famílias monoparentais, revelou o INE a propósito do Dia do pai, celebrado a 19 de março.

→ O CASO

VIANA DO CASTELO
IGREJA
REABERTA
AO PÚBLICO

Cerca de dois anos depois de ter encerrado as suas portas, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo voltou a abrir ao culto, com a celebração da missa dominical. Foi a 17 de março.

Segundo o provedor, José Vitorino Reis, a igreja foi objeto de grandes obras de restauro que envolveram o edifício e o património artístico. "Para além de pequenas intervenções, foi feita a renovação total das coberturas, foi reparada e reforçada a estrutura da cúpula e foi reparado o tardo do altar-mor. Estruturalmente, a igreja apresentava problemas graves de estabilidade que, a não serem corrigidos, poderiam levar à sua ruína."



Igreja reabriu portas

Em termos de restauro artístico, continuou aquele responsável, foi recuperado o teto, pintado em 1721 por Manuel Gomes, de Guimarães, com pinturas ao brutesco e medalhões que representam cenas da vida de Nossa Senhora e também

os painéis de azulejos da autoria de Policarpo de Oliveira, que representam as 14 obras de misericórdia. Foi ainda recuperada a capela e o retábulo de Nossa Senhora do Bom Despacho e a fachada monumental do século XVI.

Os trabalhos realizados totalizaram mais de 1 milhão de euros, parcialmente, financiados pelo QREN.

"Com a abertura da igreja ao culto cumpre-se uma das etapas fundamentais dos trabalhos de recuperação e restauro realizados. Muito mais haverá para se realizar, nomeadamente, a limpeza e algum restauro da talha dos altares. Porém, esses trabalhos terão de esperar por melhores condições financeiras para poderem ser iniciados. O lançamento de um programa de mecenato cultural, para dar à igreja da Misericórdia toda a dignidade que merece, está a ser equacionado pela Mesa Administrativa", concluiu o provedor.

OPINIÃO

UM PAPA DO FIM DO MUNDO

“Desvaticanizar” um pouco mais a Igreja será encontrar o segredo de se vir a descobrir e a apreciar o seu mais autêntico ADN, reconhecendo-se o cariz da real “pedra” sobre qual Cristo a edificou

Assim se designou a si próprio o novo Papa – o primeiro a usar o nome de Francisco, sublinhando que foi ao fim do mundo que os cardeais seus pares eleitores o foram buscar, para lhe confiarem o cargo e missão de ser o novo rosto da Igreja.

Esse rosto já tem nome: Francisco.

Esse nome já tem tradição e evangelho na língua e no ritual dos novos comportamentos da própria Igreja.

Indo-se tão longe buscar quem vai ser o novo rosto da Igreja para todo o mundo, à maneira de Francisco de Assis, ele tomará também todo o mundo para ser o “seu claustro”.

Será a Igreja a ser menos romana. Será um Papa sem fronteiras nem muros, nem barreiras, prometendo ser, como era S. Francisco seu patrono, um santo mais perto do povo.

Mas também como poderia ser Francisco Xavier, o sol do Ocidente, que iluminou e aqueceu o Oriente, com todo o seu generoso empenho numa missão mais de diálogo e cativante presença, de testemunho e humaníssima vivência, numa cruzada em que predominava uma cultura de proximidade; mas sem confrontos, nem duelos.

O que a Roma de então já não aprovou.

Teremos assim um Papa fora do catálogo tradicional, em que parecia que só Roma poderia servir de modelo, e o Vaticano ser como uma empresa produtora e fornecedora de modelos, bem como ditadora de leis.

“Desvaticanizar” um pouco mais a Igreja será encontrar o segredo de se vir a descobrir e a apreciar o seu mais autêntico ADN, reconhecendo-se o cariz da real “pedra” sobre qual Cristo a edificou.

Diz de si o novo Papa: “que o foram buscar ao fim do mundo”.

Mas é no fim do mundo que se traçam com real verdade as exatas dimensões da vocação da Igreja, e sem discriminações de qualquer ordem, tal como Cristo a fundou e entregou a Pedro: “Ide por todo o mundo...”, sem lhe definir um lugar geográfico para capital.

Daí que, desde já, se prevê e receia que Roma, de que o Vaticano até parece uma capital histórica, se sinta abalar nos seus alicerces, como se a colmatar a majestosa colunata de Bernini, se unisse nas pontas e na sua praça já não possam acontecer os espetáculos de tantos turistas – entre eles muitos cristãos, que atraem e contribuem para o designado Tesouro de S. Pedro, aos cuidados de um banco do qual nem apetece falar.

Razão, e muitas razões, para o Papa Francisco, antes de dar ao imenso, devoto e curioso público a sua bênção, foi ele quem primeiro pediu a bênção ao público.

Algo de novo já se passa na Igreja.

Vindo das bandas onde o Cruzeiro do Sul é que é referência celeste, quebrará o gelo das bandas do norte onde o frio é que lhe é sinónimo.

E logo desde a primeira bênção – a começar porque foi ele quem a pediu ao povo – marcou o ritmo e definiu os parâmetros de um pastoreio da mais cativante proximidade, sem protocolos nem discriminações.

Estrela Polar e Cruzeiro do Sul prometem ser a marca predominante de um Papa mais próximo e de uma Igreja mais transparente.

Bons augúrios!

Manuel Ferreira da Silva
jornal@ump.pt



ON-LINE

PALMELA
CORRIDA SOLIDÁRIA
PARA APOIAR FAMÍLIAS

→ A Santa Casa da Misericórdia de Palmela vai promover, no próximo dia 20 de Abril, uma iniciativa para a angariação de alimentos para as famílias em situação de carência. Para participar nesta “Caminhada Solidária”, os participantes deverão levar bens alimentares que serão posteriormente distribuídos pela Caritas Diocesana e instituições de solidariedade do concelho de Palmela.

ANMP
PARCERIA PARA
COMBATER EXCLUSÃO

→ UMP e Associação Nacional de Municípios Portugueses assinaram, a 12 de março, um protocolo que pretende “instituir uma relação de cooperação” de modo a apoiar o “combate à exclusão social”, com “vista à promoção de formas de desenvolvimento local, assentes numa lógica solidária”. O documento contempla ainda a criação de um grupo de trabalho para aprofundar a parceria em áreas prioritárias como educação, saúde e ação social, entre outras.

FUNDÃO
PODE PORTUGAL SER
MAIS COMPETITIVO?

→ O livro “Pode Portugal ser Competitivo e Empreendedor?”, da autoria de João Leitão, com prefácio de Eduardo Catroga, será apresentado no próximo dia 10 de Abril, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia do Fundão. A sessão contará com a moderação de Nuno Francisco (Jornal do Fundão) e Ronaldo Rosa (Grupo de Estudos Políticos da UBI) e a presença de quatro oradores convidados.

BRAGA
EXPOSIÇÃO SOBRE
A SEMANA SANTA

→ A Casa dos Crivos, em Braga, recebe a exposição “Misericórdias vivem a Semana Santa” até 6 de abril. A iniciativa da Santa Casa bracarense, em parceria com a autarquia, integra as celebrações dos 500 anos da instituição. A exposição conta com peças das Santas Casas de Braga, Barcelos, Fafe, Óbidos, Viana do Castelo, Porto, Fão, Esposende, Aveiro, Vila do Conde, Famacção, Vieira do Minho, Guimarães e Vila Verde. Aos sábados das 15h00 às 18h00.

SLIDESHOW



ALBUFEIRA GOLFE E TÊNIS POR UMA BOA CAUSA

O Pine Cliffs Resort & Sheraton Algarve apadrinharam a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. Parte do valor angariado no âmbito da terceira edição do Golf&Tennis Winner's foi doada à Misericórdia. O objetivo era apoiar o projeto de remodelação/ampliação do Lar de Jovens “A Gaivota”. O evento teve lugar nos dias 23 e 24 de fevereiro e o encerramento contou com um jantar de gala no qual a provedora, Patrícia Seromenho, representou a Santa casa de Albufeira.

DESTAQUE



Parlamento aprovou lei de bases da economia social

O documento aprovado **por unanimidade** define as “bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade”

Bethania Pagin

O Parlamento aprovou recentemente a lei de bases da economia social que estabelece o regime jurídico e as medidas de incentivo ao sector. O documento aprovado por unanimidade pelos deputados define as “bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade”. Foi a 15 de março.

Abrangendo Misericórdias, cooperativas, fundações, associações mutualistas, instituições particulares de solidariedade social, associações “com fins altruísticos” desportivas e culturais, entre outras, o diploma prevê ainda que as entidades de economia social beneficiem de um estatuto fiscal mais favorável definido por lei em função dos respectivos substrato e natureza.

A lei de bases define ainda que ao Estado cabe fomentar a criação de mecanismos que permitam reforçar a autossustentabilidade económico-financeira das entidades da economia social, facilitar a criação de novas entidades da economia social e apoiar

a diversidade de iniciativas próprias deste sector.

A lei vai entrar em vigor 30 dias após ser publicada e estabelece um prazo de seis meses para que sejam aprovados os diplomas para a concretizar, implicando a revisão dos regimes jurídicos aplicáveis às entidades do sector social e dos estatutos do Mecenato e de Utilidade Pública.

O texto final apresentado pela Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho (CPSST) partiu de um projeto de lei do PSD e do CDS-PP, entregue em setembro de 2011. Em

declarações ao Voz das Misericórdias, o presidente da CPSST, José Manuel Canavarro, afirmou que a aprovação por unanimidade desta lei de bases revela o reconhecimento, por parte da Assembleia da República, da importância do trabalho que as entidades do setor social desempenham. “Não há no país um único português que, direta ou indiretamente, não beneficie do trabalho desenvolvido pelo setor social”. Ver entrevista ao lado.

Aquele responsável referiu ainda que todos os parceiros, comissões parlamentares e partidos contribuíram para a elaboração desta lei de bases que poderá ser fundamental para a criação de melhores condições de trabalho para as entidades de economia social que, segundo José Manuel Canavarro, são essenciais para o equilíbrio social do país.

A lei de bases da economia social portuguesa é a segunda, a nível de um estado nacional, após a adotada em Espanha. Na Bélgica existem leis regionais na Valónia, Flandres e região Bruxelas capital, e na França já foi anunciada uma iniciativa de âmbito nacional.

“

Existem muitas disponíveis, mas a maior parte sofreu alterações de alguma forma, pela injeção de humor, ou de palavras aleatórias que nem sequer parecem suficientemente credíveis



→ MUSEUS E PÚBLICO SÉNIOR

O estudo “Museus e Público Sénior em Portugal” foi apresentado recentemente na Fundação Calouste Gulbenkian. A iniciativa é do Grupo para a Acessibilidade nos Museus, em parceria com o ICOM Portugal.

Entrevista → José Manuel Canavarro

Aprovação unânime tem valor simbólico forte

Bethania Pagin

José Manuel Canavarro é o atual presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho.

A aprovação por unanimidade da lei de bases da economia social poderá ser um passo importante para a afirmação do setor social em Portugal?

A unanimidade conseguida na aprovação desta lei é, em parte, reflexo da importância do setor e o reconhecimento consensual - em tempos gerais de dissenso e não de consenso político - de que o setor é relevante, próspero, necessário, motivou os partidos para uma convergência de posições. A proposta de lei foi muito trabalhada e modificada. Foram ouvidas quase duas dezenas de entidades, apresentadas diferentes propostas, o que motivou que o texto final fosse bastante diferente do inicial. Os partidos da maioria, com o apoio do governo, foram capazes de integrar sugestões. A oposição reconheceu nas propostas da maioria e do governo algum mérito e deste modo se deu origem uma Lei de Bases, que, para além do consenso partidário, julgo merecer apoio forte das entidades que se integram no setor da economia social. O que fortemente desejo é que esta nova Lei de Bases permita ao setor fortalecer-se e assim providir aos portugueses serviços públicos, acessíveis a todos, de ainda maior qualidade e fazê-lo de forma sustentada, para quem deles beneficia, e sustentável, por parte de quem os providencia.

Na Europa, já há alguns anos que o setor social é tema de resoluções variadas, tanto na Comissão como no Parlamento Europeu. A Europa, em geral, e Portugal, em particular, estão preparados para uma mudança de paradigma, ou seja, para um Estado que seja garante e não prestador direto de serviços sociais?

Esse é um aspeto que transcende a Lei de Bases da Economia Social. No espectro partidário existe pensamento divergente sobre o papel do Estado na prestação de serviços sociais. Todos os partidos reconhecem a importância do setor social, mas alguns dos partidos realçam a importância do Estado como prestador direto maioritário, outros

entendem que o Estado poderá funcionar mais como um Estado atento, regulador, avaliador e capacitador. Por força, sobretudo, da intervenção da Igreja Católica e de entidades próximas, Portugal tem uma tradição de ação social não estatal interessante. Sou defensor de um Estado menos prestador, mais racional, mais otimizado naquilo que são as suas prestações atuais e capaz de integrar o setor da economia social e o setor privado na expansão de redes de cuidados sociais e também, com tudo devidamente ponderado, na concessão de serviços atualmente providos pelo Estado.

Até que ponto a aprovação desta lei pode contribuir para o atual debate sobre o Estado social?

A aprovação unânime desta lei tem um valor simbólico forte. Todos os partidos acreditam num setor social forte, merecedor de ser enquadrado numa lei que se lhe aplica de forma global. Esse é um ponto a favor de um debate aberto e só um debate não amarrado a estereótipos nos poderá ajudar a pensar como poderá evoluir o chamado Estado social, que, para mim, se trata de assegurar serviços sociais de acesso universal, de custo compatível com o rendimento das pessoas, independentemente de quem os presta, desde que o Estado os regule. Acredito que aquilo que conhecemos por Estado social tenderá a manter a sua existência se as parcerias do Estado com o setor da economia social se intensificarem, daí a relevância deste setor no momento que vivemos. Esta não será condição suficiente mas é condição necessária.

No plano constitucional português, o Estado aparece como responsável por uma série de áreas que manifestamente não tem possibilidades de cumprir – garantir a habitação para todos os portugueses, uma educação gratuita, uma saúde tendencialmente gratuita etc. O que pensa sobre isso?

O texto constitucional tem sido em alguns pontos “ultrapassado” pelos tempos. O termo “tendencialmente gratuito” não tem sido a tendência dominante, pelo contrário. Não sou jurista, não tenho competência técnica para avaliar o texto constitucional. Mas como cidadão que intervém so-



cialmente, que se orgulha de trabalhar em ação social há muitos anos, que rejeita a pobreza, que entende que todo e qualquer um merece viver de forma digna, ter um emprego digno, o texto constitucional só pode prever que assim deva ser. No modo como poderemos chegar a que isso aconteça poderá ser, como há pouco falávamos, um modo menos “amarrado” a um Estado prestador. E se o Estado se “libertar” da prestação direta, financiando, cofinanciando, ou mesmo não financiando, a ação social, essa sua liberdade implicará que atue ainda mais como regulador e capacitador.

É sabido que a troika exige uma

diminuição de 4000 milhões de euros na despesa pública. Em sede de cooperação e contratualização, que papel podem ter as Misericórdias e o setor social para ajudar o Estado a atingir esse objetivo?

É verdade que teremos algum tempo, muito pouco, para desonerar o Estado de alguma despesa, mais do que já se conseguiu. Parte dela será reduzida no setor social, em prestações sociais e nos serviços sociais entendidos de forma global como a educação e a saúde. A todos nos custa esta opção, não vejo que haja entusiastas dos cortes sociais. Há quem os entenda como uma necessidade orçamental, mas não

conheço entusiastas. As Misericórdias e outras entidades da economia social poderão ajudar se conseguirem prestar serviços de acesso universal, habitualmente prestados pelo Estado em condições de qualidade comparável e financeiramente menos onerosas. Se conseguirem fazer o mesmo que o Estado, integrando trabalhadores do Estado, em condições financeiras mais vantajosas para o Estado, para todos os contribuintes, essa será uma parceria virtuosa a todos os títulos e também para a redução da despesa pública.

Essa parceria entre Estado e setor da economia social depende, entre outros, da sustentabilidade das instituições sociais. Como avalia a possibilidade dessas entidades poderem desenvolver atividades cujo resultado de exploração é positivo?

O desafio da sustentabilidade é enorme. Em algumas instituições, a dependência do Estado faz em grande medida parte da sua existência – é assim que funcionam tendo em conta as atividades que desenvolvem e os fins que prosseguem. Noutras, o apoio do Estado é complementar. E outras são sustentáveis e conseguem obter resultados de exploração positivos. A capacitação das instituições e dos seus gestores é um outro desafio. O peso do setor, em termos do PIB e de emprego que mantém e geram, motivará uma gestão cada vez mais profissional e capacitada, sem prejuízo mas antes com o apoio fundamental do enorme número de pessoas que dá o que sabe a este setor de forma voluntária. Haverá que conciliar estes aspetos de forma cada vez mais reforçada. No quadro duma eventual parceria com o Estado, a obrigação das instituições do setor social manter-se-ia como está na lei e o que viesse a resultar duma exploração positiva seria, dito de forma comum, obrigatoriamente reinvestido na prossecução dos fins da instituição e do acordo ou, caso o acordo específico o viesse a determinar, poderia haver entre o Estado e a instituição uma partilha desse bom resultado, que se viesse a traduzir numa diminuição futura do financiamento estatal, mas sempre numa lógica de partilha para que possa subsistir um incentivo financeiro a uma boa gestão por parte da instituição parceira.

DESTAQUE

NÚMEROS

ECONOMIA SOCIAL NA EUROPA

1994

Resolução do Parlamento Europeu sobre a economia alternativa e solidária

"Iniciativas de economia alternativa e solidária assumem um caráter inovador de máxima importância e são suficientemente exemplares para serem bem-vindas"

1998

Parecer do Comité Económico e Social sobre "A cooperação com as organizações de solidariedade enquanto atores económicos e sociais no campo da assistência social"

"A função das organizações de solidariedade não é apenas prestar serviços sociais; é exatamente na colaboração

com o voluntariado que elas revelam a sua filiação no diálogo com o cidadão"

1998

Decisão da Comissão de 13 de março de 1998 que cria um Comité Consultivo das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações

2000

Documento de reflexão da Comissão "A Comissão e as organizações não-governamentais: o reforço da parceria"

"As ONG podem contribuir para reforçar uma democracia mais participativa quer na União Europeia quer fora dela."

2000

Parecer do Comité Económico e Social sobre "A Comissão e as organizações não-governamentais: reforço da parceria"

"O Comité manifesta a sua disponibilidade para estudar a possibilidade de criar uma estrutura organizativa de trabalho apropriada, designadamente um Observatório da Sociedade Civil"

2001

Parecer do Comité Económico e Social sobre "Os serviços sociais privados com fins não lucrativos no contexto dos serviços de interesse geral na Europa"

"Em muitos países da União Europeia as pessoas coletivas públicas optaram, sensatamente, há décadas, por se apoiarem em atores sociais privados sem fins lucrativos nos domínios da saúde e da ação social"

2010

Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de fevereiro de 2009, sobre a economia social

"A economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores

democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar"

2012

Criação de um estatuto europeu para as sociedades mútuas, associações e fundações - Declaração do Parlamento Europeu, de 10 de março de 2011, sobre a criação de um estatuto europeu para as sociedades mútuas, associações e fundações

"É necessário criar condições de igualdade de concorrência que deem às sociedades mútuas, às associações e às fundações instrumentos e possibilidades equivalentes às de que dispõem outras estruturas jurídicas organizativas"

Fonte: <http://www.cases.pt>



segurmet

Higiene Segurança e Medicina no Trabalho

- Higiene e Segurança no Trabalho
- Medicina no Trabalho
- Higiene e Segurança Alimentar
 - Implementação dos pré-requisitos da Segurança Alimentar
 - Implementação e acompanhamento do sistema HACCP
- Formação
- Análise de Riscos e Sinistralidade
- Elaboração de Planos de Emergência

CONTRIBUÍMOS PARA O SUCESSO DA SUA EMPRESA

"Protocolo de Parceria com a União das Misericórdias Portuguesas"

www.segurmet.pt

comercial@segurmet.pt

FÁTIMA

t. 249 534 786

LEIRIA

t. 244 870 629

LISBOA

t. 211 546 819

1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42
43	44	45	46	47	48
49	50				

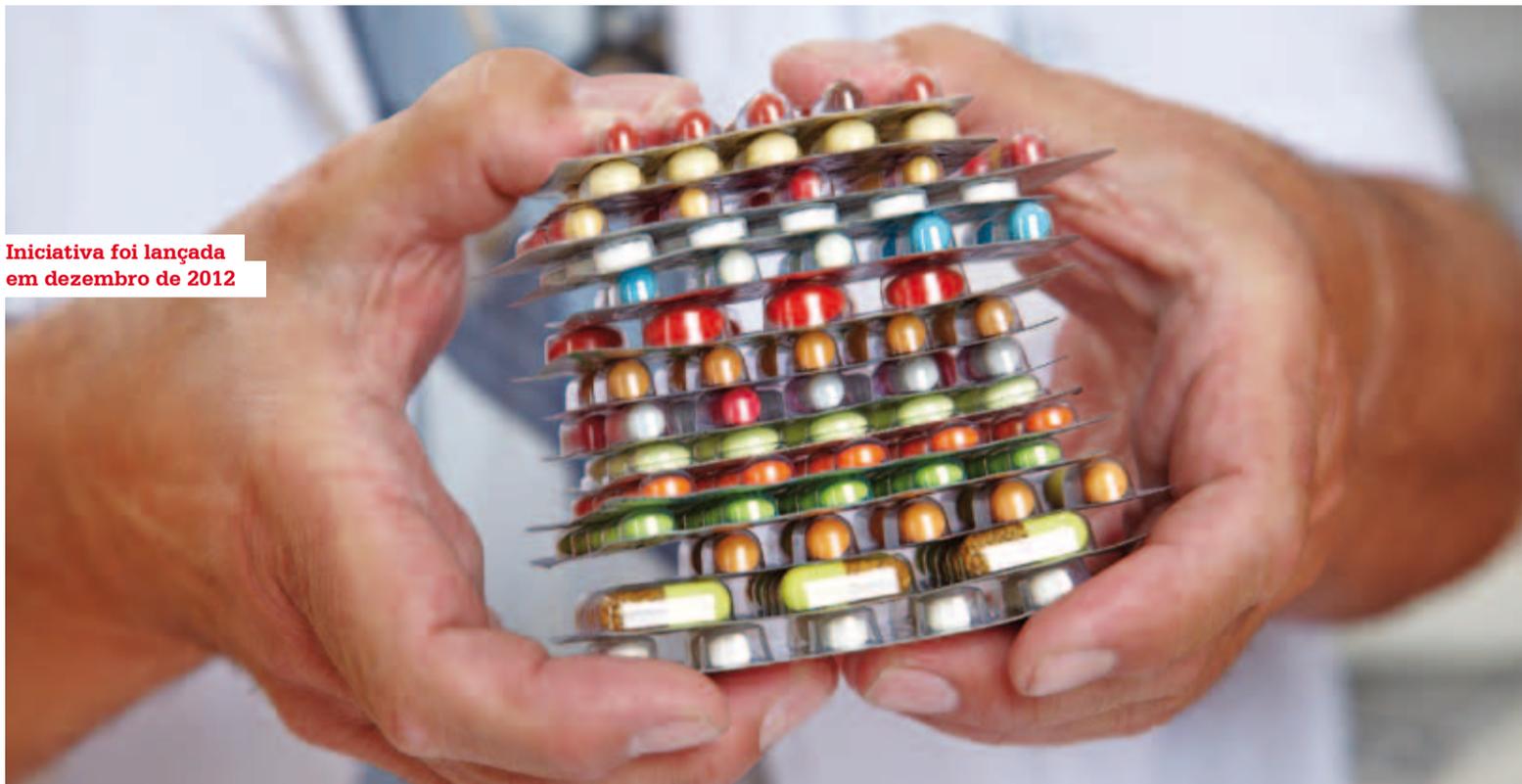
1	2	3
4	5	6
7	8	9



Uma aposta em Boas Causas

Este é o outro lado dos jogos. Sempre que aposta, está a apoiar instituições que todos os dias levam esperança, conforto e sorrisos a milhares de pessoas em todo o país. Aposte nos Jogos Santa Casa. Se ganhar, vai fazer muita gente feliz. Se não ganhar, também.

EM AÇÃO



Iniciativa foi lançada em dezembro de 2012

Distribuídas mais de 40 mil embalagens

São 61 as Misericórdias inscritas no **banco de medicamentos**, que já distribuiu cerca de 40 mil embalagens desde a sua criação

Bethania Pagin

O banco de medicamentos, criado no âmbito do Plano de Emergência Social, está a funcionar desde o início de dezembro de 2012. A iniciativa conta com a participação da União das Misericórdias Portuguesas, que assim viabiliza para as Santas Casas a possibilidade de receberem medicação gratuita para os seus utentes mais carenciados. Em fevereiro, já havia 61 Misericórdias inscritas. Ao todo, segundo declarações do ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares, já foram distribuídas mais de 40 mil embalagens doadas por 25 empresas farmacêuticas.

Esta doação de medicamentos, “estimada em cerca de 250 mil euros”, permite que os medicamentos cheguem “a quem mais precisa, nomeadamente aos idosos com dificuldades de saúde, que muitas vezes têm pensões diminutas e veem partir uma parte substancial dos seus rendimentos nos seus encargos de saúde”.

As declarações foram feitas numa

visita recente à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, que já recebeu, no âmbito do banco de medicamentos, 1800 embalagens.

Segundo o responsável do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas pela área da saúde, Manuel Caldas de Almeida, a iniciativa visa contemplar Santas Casas que tenham internamento. E recorda o ponto 2 da cláusula 5 do protocolo assinado, a 9 de novembro, entre UMP, Apifarma, Infarmed e Ministério da Solidariedade

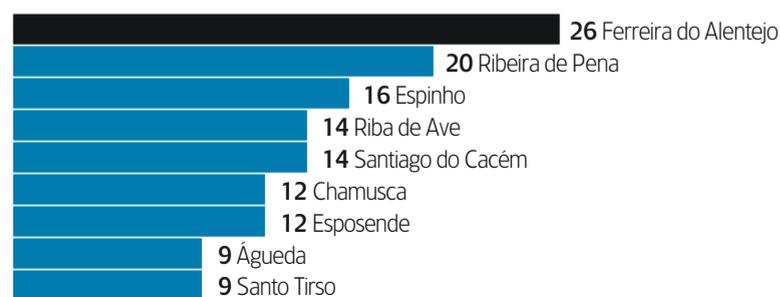
e Segurança Social: “Apenas podem aceder ao banco de medicamentos as instituições que disponham de serviço médico e farmacêutico, bem como de regime de internamento, desde que, cumulativamente, se encontrem devidamente autorizadas para o efeito pelo Infarmed e os medicamentos e os produtos de saúde se destinem ao consumo dos seus utentes”.

Ou seja, continua Manuel Caldas de Almeida, além da adesão depender da existência de internamento, é obri-

gatória a presença de um farmacêutico responsável. O acesso à plataforma dos medicamentos só será concedido pelo Infarmed mediante apresentação, por parte da Santa Casa interessada, do nome e cédula profissional do farmacêutico responsável.

Sobre a participação da UMP neste projeto, o protocolo refere que “a operacionalização segura, equitativa e eficiente do banco de medicamentos aconselha a existência de uma instituição social que seja o núcleo central da supervisão do funcionamento do programa, competindo-lhe a gestão das relações com as entidades farmacêuticas, observando, acompanhando e avaliando o processo de aquisição de medicamentos, divulgando o programa, e emitindo, quando necessário, as devidas recomendações aos seus parceiros. Atendendo ao universo de respostas sociais na área da saúde desenvolvido pelas Misericórdias, a UMP surge como a entidade responsável pela construção de uma lógica de coesão e boas práticas no âmbito do banco de medicamentos”.

Misericórdias com mais pedidos



Depoimentos

Carlos Agostinho

Provedor da Misericórdia da Batalha

→ Tem sido uma mais-valia e permite um controle mais eficaz dos medicamentos, assim como, possibilita uma redução dos custos operacionais. Os nossos utentes têm beneficiado muito com esta medida que alivia particularmente a carteira das famílias mais carenciadas.

Amorim Figueiredo

Provedor da Misericórdia de Águeda

→ Esta medida veio melhor a qualidade dos serviços e permitir dar uma melhor resposta às necessidades dos nossos doentes. Temos dado prioridade aos que são mais dependentes. No fundo socorremos quem mais necessita. Foi uma grande medida e estamos a aplicá-la da forma mais solidária.

José Santos Pinto

Provedor da Misericórdia de Santo Tirso

→ Foi uma decisão extraordinária, uma mais-valia para a instituição que nos tem ajudado a uma poupança muito significativa. Venham mais medidas iguais a estas porque as instituições estão a viver uma situação muito grave em termos financeiros. As receitas são menores, os custos são os mesmos e não há dúvidas que esta medida veio dar-nos algum alívio numa época de extrema dificuldade. Há um número bastante significativo dos nossos utentes a tirar partido dessa benesse.

João Alves Pereira

Provedor da Misericórdia de Ribeira de Pena

→ A possibilidade de integrar o banco de medicamentos constitui uma grande mais-valia dado que a nossa instituição não gera receitas para ter uma sustentabilidade que desejávamos, a medida é uma ajuda fundamental. Uma medida que aceitamos de braços abertos.

Misericórdias com acesso ao banco

Águeda

Alhos Vedros

Alter do Chão

Arcos de Valdevez

Arganil

Arouca

Arruda dos Vinhos

Batalha

Bombarral

Castelo de Paiva

Chamusca

Chaves

Entroncamento

Espinho

Esposende

Fão

Faro

Ferreira do Alentejo

Figueiró dos Vinhos

Fundão

Guimarães

Idanha-a-Nova

Ílhavo

Leiria

Lousada

Mangualde

Mealhada

Mértola

Monção

Mora

Mortágua

Murça

Nazaré

Odemira

Oliveira de Frades

Peso da Régua

Portel

Portimão

Porto

Póvoa de Lanhoso

Póvoa de Varzim

Resende

Riba de Ave

Ribeira de Pena

S. João da Madeira

Sabrosa

Santa Comba Dão

Santar

Santiago do Cacém

Santo Tirso

Seia

Silves

Tarouca

Vieira do Minho

Vila de Rei

Vila do Conde

Vila Nova de Poiares

Vila Real

Vila Real de Santo António

Vila Verde

Vizela



DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO
AS PESSOAS PRECISAM DE SI!

18
ANOS

JUNTO DAS:

Instituições Particulares Solidariedade Social
Santas Casas da Misericórdia
Associações Mutualistas

APLICAÇÕES

TSR - VIATURAS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE Unidades de Cuidados Continuados, Hospitais, Clínicas, Fisioterapia, Imagiologia, etc.

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA TSR - Utentes, TSR - Bancos, TSR - Associados, TSR - Rendas, TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores.

TSR - STOCKS Por economatos, cozinhas IPSS.

TSR - ORDENADOS

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - GESTÃO COMERCIAL

TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - CONTROLE DE CORRESPONDÊNCIA

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

TSR - QUALIDADE Terceira Idade, Infância e Juventude, Apoio na Vida Quotidiana.

TSR - CONTROLO DE MEDICAÇÃO (cardex)

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA Módulo de Receitas, Módulo de Requisições.

WWW.TSR.PT

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11
4836-908 Guimarães
Tlf.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)

Tlm.: [+351] 939 729 729
Fax: [+351] 253 408 328
Email: tsr@tsr.pt



VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Leia, assine e divulgue

Para assinar, contacte-nos: Jornal Voz das Misericórdias, Rua de Entrecampos, 9 - 1000-151 Lisboa
Telefone: 218110540 ou 218103016 Email: jornal@ump.pt

No ITAU construimos relações de confiança



- Rigor e redução de custos na gestão da sua alimentação.
- Estudo de soluções de parceria para renovação de cozinhas através da gestão do serviço de alimentação.

ITAU Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA

Sede: Largo Movimento das Forças Armadas 3, Alfragide, 2610-123 Amadora • Tel. 210 420 400 • Fax. 210 420 490
Delegação Norte: Rua de Lionesa, Centro Empresarial B - R/C, 4465-171 Leça do Balio • Tel. 220 403 400 • Fax. 220 403 490
E-mail: itau@itau.pt • Internet: www.itau.pt

Golegã distinguida pela Missão Sorriso

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã foi uma das entidades vencedoras da Missão Sorriso. “**Dos oito aos oitenta**” é o nome do projeto escolhido

Filipe Mendes

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã foi uma das entidades vencedoras da Missão Sorriso, tendo a entrega do prémio sido realizada numa cerimónia promovida pelo grupo Soane, na Faculdade de Medicina do Hospital de Santa Maria – Edifício Egas Moniz, no passado dia 27 de Fevereiro.

Para o Mesário Mário Santos, esta “união solidária” entre as empresas privadas e o serviço social é “fundamental”, no sentido do envolvimento de toda a comunidade. Reforçando a importância de gestos de solidariedade, como aqueles que a Missão Sorriso promove, o responsável sublinha que a ajuda de todos pode “fazer a diferença num contexto económico difícil”, como o que se vive atualmente.

Nesta edição, a Missão Sorriso bateu recordes quer nos números de projetos recebidos a concurso - 176 participações - quer na votação dos

mesmos, tendo sido contabilizados cerca de 1,5 milhões de votos online, que se traduzem na maior votação desde a implementação da iniciativa.

A Misericórdia da Golegã concorreu ao prémio com o projeto “dos oito aos oitenta”, que visa “realizar espaços e ambientes estimulantes de saúde, bem-estar e sobretudo valorização pessoal”, explicou Mário Santos ao VM.

“Pretende-se ainda construir uma horta biológica e alargar o espaço geriátrico ao ar livre, com a instalação de um parque no Lar Rodrigo da Cunha Franco, que está dotado de um amplo jardim”, referiu.

O projeto foi desenvolvido a pensar naquela que foi a atividade profissional de alguns dos utentes: o trabalho rural. “Faz todo o sentido que tenham a oportunidade de se sentirem úteis e estimulados com o que melhor sabem e gostam de fazer”, acrescentou.

Paralelamente, a Santa Casa da Golegã pretende ainda promover encontros intergeracionais, entre a população “dos 8 aos 80”, para troca de saberes e partilha de experiências.

Este projecto insere-se, de resto, na linha de atuação que a Santa Casa da Golegã tem vindo a desenvolver no

campo dos afetos e do intercâmbio de saberes, através de “cursos livres” dirigidos a “avós e netos” na sua Academia Sénior.

Assim, para além de a instituição “combater o problema da solidão, que afeta de forma inegável esta faixa etária”, possibilita-se ao idoso uma reintegração na vida social, permitindo-lhe “o desenvolvimento de novas competências e a transmissão de vivências à gerações mais novas”.

Mário Santos vê “com orgulho” o facto da Santa Casa da Golegã ter recebido a distinção da Missão Sorriso com o projeto “dos oito aos oitenta”, que já está a ser implementado com a ajuda dos 6500 euros entregues à instituição.

Para Belmiro de Azevedo, presidente do grupo Sonae, “devemos viver com a prosperidade alheia e não com a miséria alheia”. É desta forma que justifica o empenho da empresa e da marca Continente em continuar a apostar naquela iniciativa que, desde 2003, já angariou cerca de 6,9 milhões de euros para a aquisição de equipamentos e apoio a projetos que contribuíram, de forma inegável, para a melhoria da qualidade de vida de crianças e idosos de todo o país. Em 2012, foram apoiadas 43 instituições.

RECEITAS NAS MISERICÓRDIAS

Bacalhau com broa de Peso da Régua



INGREDIENTES (4 PESSOAS)

200 g de bacalhau
1 broa média
250 g de feijão frade cozido
1 molho de grelos ou couve
1 cebola grande
6 dentes de alho
Azeite q.b.
1 folha de louro
Pimenta q.b.

MODO DE PREPARAÇÃO:

Retirar o miolo à broa, esfrelá-lo para um recipiente e adicionar o alho picado e envolver em azeite. Lavar, preparar e colocar a cozer os grelos. Dar uma cozedura ao bacalhau durante cinco minutos. Lavar, descascar a cebola e parti-la às rodela finas, para um tacho. Juntar o bacalhau às lascas, adicionar um pouco de água, uma folha de louro, um fio de azeite e deixar refogar. Se desejar temperar com um pouco de pimenta. Colocar no fundo de um pirex o feijão-frade cozido. Por cima dispor os grelos cozidos, escorridos e migados. A cobrir coloca-se o bacalhau com a cebola e tapa-se esta mistura com a massa de broa que se preparou previamente. Vai ao forno a alourar.

PREÇO:
€€€€€

DIFICIDADE:



www.indas.com

INDAS

Material de Incontinência

Qualidade e rigor

“Ajudamos a viver melhor”

Visite o nosso site e descubra o melhor para si! - www.indas.com

ARTIFOFO

Distribuído por: www.artifofo.pt

Rua Cruz de Melo, Apartado 3032 | Pousos | 2410-903 Leiria
Telefone: 244 801 826 | Fax: 244 801 676 | comercial@artifofo.pt



→ REMODELAÇÃO DA CANTINA SOCIAL

A empresa “State of Art” desenvolveu recentemente uma atividade de responsabilidade social através da remodelação da cantina social “O manjar”, da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

Três gerações numa só plateia em Vila Real

No mês em que se celebra o teatro, a Santa Casa de Vila Real serviu de palco a um **espetáculo multigeracional** e, na assistência, estreitaram-se laços de convívio

Patrícia Posse

Educadores, idosos e crianças entre os três meses e os seis anos protagonizaram o papel de espectadores da peça “História de uma boneca abandonada”. A obra de Alfonso Sastre foi levada à cena pela Filandorra – Teatro do Nordeste, proporcionando o contacto “direto e em tempo real” com a expressão dramática.

A presença da companhia permitiu às crianças perceber “as várias fases que o espetáculo comporta”. “É sempre uma novidade e, quando a peça começa, ficam num silêncio profundo, o que prova que o teatro as conquistou na totalidade”, revela Jerusa Gomes, coordenadora da creche e jardim-de-infância da Santa Casa de Vila Real.

Ainda que vocacionada para o público infantil, a peça promoveu, também, o convívio intergeracional, já que houve cerca de 20 idosos do Lar Hotel entre a assistência. “Interessamos que exista esta relação entre as respostas sociais. É uma mais-valia para o seu bem-estar”, referiu Carlos Queirós, da direção da Santa Casa.

O burburinho, o riso ou até o bater de palmas dos mais pequenos é contagiante e os idosos acabam por “ganhar o dia”. “Por outro lado, faz com que as nossas crianças entendam a importância que os idosos têm, que os compreendam e não os ponham de lado”, acrescenta Jerusa Gomes.

O enredo centrou-se em Lolita, uma menina mimada que deita fora uma boneca velha e personifica a ideia avançada por Gil Vicente, o pai do teatro português, de “quem dinheiro tem fará tudo o que quiser”.



“A menina que não tem dinheiro pede ajuda aos amigos para pôr a boneca como nova e, depois, é preciso ir a tribunal com uma farrapeira para ver

O burburinho, o riso ou até o bater de palmas dos mais pequenos é contagiante e os idosos acabam por “ganhar o dia”

quem fica com a boneca. No fundo, é a versão infantil do «Círculo de giz caucasiano», de Bertolt Brecht”, sintetiza o diretor da Filandorra, David Carvalho, justificando a escolha da

Santa Casa porque “a arte, aqui, cruza com o social e é interessante perceber o quadro intergeracional”.

Ecos da plateia

Quando as luzes recaem sobre o palco, o público mergulha num certo recato. Durante 45 minutos, as atenções voltam-se para as peripécias dos atores. Maria Jesus Oliveira, 82 anos, estava visivelmente agradada ao cair do pano, considerando a peça “muito bem trabalhada”. “Gostei imenso e fiquei admirada porque as crianças estiveram sossegadinhas”, relatou. A idosa também não tem dúvidas da utilidade do espetáculo: “vão

com estes ensinamentos já desde pequenos e, depois, não lhes custa nada pôr em prática”. Noutros tempos, Lúcia Vaz, 79 anos, costumava frequentar o teatro,

Quando as luzes recaem sobre o palco, o público mergulha no recato. Durante 45 minutos, as atenções voltam-se para os atores

“agora não”. “Já conhecia a história, mas nunca a tinha visto representada. Gostei imenso”, confidenciou.

Os de palmo e meio não se inibiram de fazer as suas apreciações. “Gos-

tei das casas e da velha dos trapos”, contou Diogo Fontinha, 5 anos. Já a colega Diana Carlão, 4 anos, prefere a Lolita, “porque tinha uma saia tão gira”. “A menina que não tinha nada varria e limpava o chão, por isso, mereceu ficar com a boneca”, sentencia. O sapateiro foi a personagem preferida de Diogo Santos, 5 anos: “afinal, foi ele que arranjou a boneca”.

A coordenadora da creche e do jardim-de-infância acredita que, apesar das novas tecnologias “se entrosarem cada vez mais no nosso mundo, o teatro terá sempre um lugar cativo para as crianças”.

PROJETOS COFINANCIADOS CENTRO DE CUSTOS HOMOGÊNEOS

No âmbito do Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu (POAT-FSE), foi aprovada a candidatura apresentada pela União das Misericórdias Portuguesas para criação de um Centro de Custos Homogêneos. O objetivo geral é aprimorar um modelo de gestão de modo a apurar os custos das respostas sociais das Santas Casas. Entre objetivos específicos, destacam-se a identificação de debilidades e a formação de colaboradores. As Misericórdias envolvidas são Almada, Cascais, Chaves, Mirandela, Vila do Conde, Vila N. Gaia, Vila Verde, Abrantes, Albufeira, Ansião, Baião, Condeixa-

a-Nova, Guimarães, Portalegre, Serpa, Reguengos de Monsaraz, Santarém, Sines, Vale Besteiros, Vila Real, Vila Real de Santo António, Albergaria-a-Velha, Idanha-a-Nova, Seia, Borba, Mafra, Mértola, Azambuja, S. Brás de Alportel, Vale de Cambra, Caminha, Cantanhede, Moimenta da Beira, Lagos, Aldeia Galega da Merceana, Fronteira, Mêda, Alijó, Torres Vedras, Montargil, Pombal, Valongo, Chamusca, Braga, Tarouca, Amarante, Vimioso, Vila Viçosa e Mação. O objetivo geral é aprimorar um modelo de gestão de modo a apurar os custos das respostas sociais das Santas Casas



Primeiro centenário celebrado em Vizela



Eucaristia presidida pelo arcebispo de Braga

Cerimónia começou com as crianças do Centro de Bem Estar Infantil, acompanhados pela Banda Filarmónica Vizelense, a cantar o nacional

Alexandre Rocha

Há mais uma Santa Casa da Misericórdia centenária que figura no panorama do mapa nacional destas instituições: o mês de março foi de festa no concelho de Vizela, especialmente no último dia 25, data em que a Misericórdia local completou o seu primeiro século de existência.

A chuva que se fez sentir não arrefeceu o ânimo dos que se reuniram para o evento, sendo os primeiros participantes as crianças do Centro de Bem Estar Infantil da Misericórdia, que, acompanhados pela Banda Filarmónica Vizelense, cantaram o hino nacional, no hastear da bandeira que deu início ao ciclo de comemorações. Observando a alegria dos mais pequenos estavam toda a equipa da Santa Casa e os seus corpos sociais,

Bernardo Reis, em representação da União das Misericórdias Portuguesas, inúmeros provedores de outras Misericórdias e diversas autoridades civis, religiosas e militares, como D. Jorge Ortiga, arcebispo de Braga, ou Dinis Costa, presidente da Câmara Municipal de Vizela.

A celebração da eucaristia na capela da Misericórdia, presidida por D. Jorge Ortiga, foi a cerimónia que se seguiu, em cuja homilia o arcebispo de Braga recordou que “hoje, mais do que nunca, temos que reconhecer a necessidade e a urgência desse espírito das Misericórdias”. Recordando aqueles envolvidos nos trabalhos das Misericórdias, inclusivamente os beneméritos, a quem considerou importantes possibilitadores destas obras, D. Jorge alertou que “o caminho trilhado pelas Misericórdias é maravilhoso, mas ainda há muito que percorrer: o caminho é apenas uma parte, porque na verdade os males da sociedade moderna são mais complexos que nunca”.

Nesta mesma tarde os utentes da unidade de cuidados continuados, uma das mais principais e mais recen-

tes respostas sociais da Misericórdia, inaugurada em 2011, ganharam um novo espaço oratório. A placa comemorativa foi descerrada por D. Jorge Ortiga e Domingos Vaz Pinheiro, que é provedor desde 1998.

O provedor foi, aliás, o principal homenageado por conta da sua inabalável dedicação à frente dos destinos da Santa Casa da Misericórdia de Vizela. Mesmo adoentado, Domingos Vaz Pinheiro fez questão de estar presente. Cipriano Alves, presidente da Mesa

Atualmente a Santa Casa da Misericórdia de Vizela é uma importante força social dando emprego a 150 funcionários no concelho

da Assembleia Geral, foi quem lhe deu voz, passando em retrospectiva a história da Santa Casa, que teve início com o benemérito António Francisco Guimarães, imigrante na cidade de Campinas, no Brasil, e que hoje dá nome a unidade de cuidados continuados. Com relação aos momentos mais presentes, foi, contudo, perentório: “A história das últimas duas décadas

da Misericórdia confunde-se com Vaz Pinheiro”. O reconhecimento foi partilhado por Dinis Costa, que considerou ainda a Misericórdia como “uma das mais importantes associações do concelho”.

As celebrações estender-se-ão por todo o primeiro semestre deste ano e para o mês de maio prevê-se o lançamento de um livro, de autoria de Manuela Guimarães Alves, que sintetiza o percurso histórico das Misericórdias em Portugal, com especial destaque para a de Vizela.

Atualmente a Santa Casa da Misericórdia de Vizela é uma importante força social dando emprego a 150 funcionários e oferece respostas sociais como creche, ATL e pré-escolar, abrangendo mais de 120 crianças; presta apoio à terceira idade através de um lar de acolhimento e centros de dia e apoio domiciliário, além de um lar particular, onde são apoiados no total quase 150 utentes. O Gabinete Social RSI (Rendimento Social de Inserção) faz o acompanhamento de 100 agregados familiares; a unidade de cuidados continuados é a sua mais recente valia, inaugurada em 2011.

Salvaguardar inquilinos mais vulneráveis

Protocolo entre União das Misericórdias Portuguesas e ministérios visa reforçar a divulgação da **nova lei do arrendamento** junto dos mais vulneráveis

Bethania Pagin

A União das Misericórdias Portuguesas assinou recentemente um protocolo de colaboração com os ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMA-OT) e da Solidariedade e Segurança Social (MSSS). Em causa está a divulgação da nova lei do arrendamento junto dos mais vulneráveis.

“Estamos perante uma reforma profunda do nosso regime de arrendamento urbano, que tem uma parte mais simples, que tem a ver com o regime para o futuro, mas também tem uma parte socialmente sensível: os contratos de arrendamento mais antigos, que são aqueles que envolvem tipicamente as pessoas mais idosas e, por isso, também mais vulneráveis”, referiu a ministra Assunção Cristas.

Ministra destacou que “a lei visa precisamente garantir mecanismos de proteção e salvaguarda das pessoas mais vulneráveis”

“Estamos a pensar essencialmente em inquilinos com mais de 65 anos e em pessoas que tenham uma deficiência superior a 60%. Essa é a nossa preocupação primeira, a par também de pessoas que estejam em situação de debilidade e de carência económica”, afirmou aquela responsável.

Assunção Cristas anunciou também a criação de uma página na internet (www.portaldahabitacao.pt/pt/nrau/home) com informação sobre a quem se podem dirigir os inquilinos para obter aconselhamento.

“Com a nossa disponibilização de todo o material e de informação específica e com a vossa capacidade de o levarem e de o explicarem às pessoas que estão nestas circunstâncias, dando-lhes o conforto de que a lei está feita para as proteger e de que precisam de conhecer os seus direitos para poderem acioná-los será possível, obter um melhor resultado”, concluiu a ministra.

CNIS e União das Mutualidades também assinaram o protocolo.

EM FOCO

Embaixador de Gouveia e da Serra da Estrela

Fundado em 1986, o orfeão da Misericórdia de Gouveia já mereceu até um **voto de louvor e congratulação** da Câmara Municipal

Paulo Prata

Fundado a 12 de Dezembro de 1986, o orfeão da Misericórdia de Gouveia só faria a sua primeira apresentação pública a 17 de Outubro do ano seguinte, no Teatro-Cine daquela cidade situada no sopé da Serra da Estrela. Sob a orientação do padre António Morais, o grupo iniciava assim um percurso que haveria de o tornar num verdadeiro embaixador da cultura gouveense e da própria região serrana. Paralelamente ao seu aparecimento, o orfeão passou a promover um encontro de coros, acontecimento incontornável na vida cultural da região e que, em 2013, terá a sua 26.ª edição.

Ao longo da sua história, o coral teve três regentes. O primeiro foi o padre António Morais. Em 1998, a regência foi assumida por Florindo Jorge Cruz Oliveira, e, mais recentemente, em 2012, o orfeão passou a ser dirigido pela maestrina Ana Cristina Marques Rodrigues Nogueira, uma gouveense de 46 anos de idade, nascida no seio de uma família com vincadas tradições musicais e que estudou nos conservatórios da Guarda e Aveiro, especializando-se depois em pedagogia musical.

Com um repertório que abrange a música erudita, religiosa e tradicional, o orfeão da Santa Casa de Gouveia tem participado em inúmeros encontros, de Norte a Sul do país, da Madeira aos Açores. Além-fronteiras, o grupo conta com várias apresentações na vizinha Espanha, tendo também recebido a visita de grupos espanhóis que se deslocaram a Gouveia para participa-

Números

26 anos Há já 26 anos que Orfeão gouveense organiza o seu encontro de coros. A edição deste ano, de 2013, vai ter lugar no dia 29 de Junho.

40 elementos O orfeão da Santa Casa da Misericórdia de Gouveia conta com cerca de quatro dezenas de elementos, alguns dos quais contemporâneos da formação do coral.

86 anos José Rebelo, o mais antigo elemento do coral gouveense tem, atualmente, 86 anos. A mais jovem orfeonista tem apenas 16 anos de idade.

rem nos encontros promovidos pelo orfeão local.

Além da presença em atos litúrgicos que tiveram honras de transmissão televisiva, o orfeão da Misericórdia de Gouveia participou também na gravação do CD 'Os Melhores Coros da Região Centro'. Em Dezembro de 2004, teve lugar a gravação do seu primeiro álbum - 'Melodias na Montanha' - registo discográfico que continua a constituir um interessante cartão-de-visita do grupo.



Elementos do coro têm idades compreendidas entre os 16 e os 86 anos

Neste percurso de quase 27 anos, o coral e os seus elementos viveram um momento especial aquando das comemorações do 25.º aniversário, em 2012, uma efeméride assinalada a preceito, com a realização de diversas atividades, com destaque para a sessão solene na qual foram homenageados os orfeonistas que se encontram no grupo desde a sua fundação, sendo igualmente recordados aqueles que, entretanto, já faleceram. “É uma felicidade termos chegado

aqui, isto dá-nos mais força para irmos em frente”, destacou então o orfeonista e provedor da Misericórdia de Gouveia, Nogueira Maia.

Os méritos do coral também foram reconhecidos pelo município que, nessa altura, aprovou, por unanimidade, a atribuição de “um voto de louvor e congratulação” ao orfeão.

Atualmente, o coral gouveense conta com quatro dezenas de elementos, com idades compreendidas entre os 16 e os 86 anos, o que diz bem da

forma como ali coexistem antigos orfeonistas e jovens que, mais recentemente, se foram juntando ao grupo.

À satisfação por aquilo que tem sido o percurso do orfeão, junta-se a natural necessidade de preparar, atempadamente, mais uma época de intensa atividade, feita de algumas deslocações, mas também da realização de espetáculos na própria cidade. Neste particular, o destaque vai para o 26.º Encontro de Coros de Gouveia, evento que terá lugar a 29 Junho de 2013. Até lá!

TERCEIRA IDADE



Novo lar é sonho antigo em Portalegre

Primeira pedra em Portalegre

Lançamento da primeira pedra foi um momento marcante na história da Misericórdia de Portalegre, que há vários de anos **almejava novas instalações**

Patrícia Leitão

Embora simbólico, o lançamento da primeira pedra da obra do novo lar foi um momento marcante na história da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, que há vários anos almejava, mas sobretudo precisava, deste “arranque” para o futuro.

Para além das entidades convidadas, entre as quais Carlos Andrade, do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, e dos irmãos da Misericórdia, vários portalegrenses e funcionárias da instituição fizeram questão de assistir à cerimónia de arranque deste projeto, que representa um investimento de cerca 3,2 milhões de euros. O novo lar vai ter capacidade para acolher os 97 utentes da instituição e permitir que o edifício existente seja transformado num lar residencial que terá capacidade para 36 pessoas.

O provedor João Mouzinho Serrote reconhece que este ato simbólico é um “marco do início da concretização de um anseio de 35 anos”. “Quem conhece as nossas instalações sabe que as condições são difíceis para todos, e só mesmo a compreensão de todos tem ajudado a cumprir com qualidade mínima as nossas obrigações”, admite, sublinhando que “o nosso objetivo é assegurar que o novo edifício traga as

condições físicas indispensáveis ao bom acolhimento dos utentes, assim como os trabalhadores terão melhores condições para prestar serviços de elevada qualidade”.

João Mouzinho Serrote esclarece ainda que a construção do novo lar, cuja obra deverá estar concluída dentro de 17 meses, “não vai aumentar a oferta” mas sim “criar condições dignas para acolher os utentes que temos atualmente, que ficarão mais bem instalados e servidos”, assegura.

Mostrando-se solidário com o momento de crise que o país atravessa,

Construção do novo lar da Misericórdia não vai aumentar a oferta, mas sim criar melhores condições para os atuais utentes

o provedor disse que não seria justo pedir mais apoio financeiro, mas “há uma coisa de que continuamos a não abdicar, que é de pedir aos cidadãos de Portalegre, aos irmãos da nossa irmandade e a todas as instituições, para que nos ajudem a quebrar obstáculos, ajudem-nos a solucionar problemas, a simplificar burocracias excessivas e ajudem-nos prestando serviços”, apela.

O financiamento num projeto desta natureza é fundamental, e como refere João Mouzinho Serrote, “a Misericórdia terá que resolver esse problema na parte que, obrigatoriamente, lhe compete”, mas “o que nós pedimos é boa vontade de todos para ajudar a concretizar esta grande obra e resolver um problema de décadas da nossa irmandade e da cidade”.

Também presente na ocasião, a presidente da Câmara de Portalegre, Adelaide Teixeira, enalteceu o facto de “após anos de dúvidas, de incertezas, de avanços e recuos”, a Misericórdia ter finalmente a felicidade de poder avançar com este projeto que “dá um sinal claro de que a Santa Casa está bem viva e quer continuar a ser uma instituição ativa, interventiva e dinâmica”.

Carlos Andrade destacou que o novo projeto é “uma aventura e uma grande responsabilidade” para a Misericórdia, reconhecendo que tal motivação resulta do “valor da prestação de um serviço de qualidade” para o qual as instalações são essenciais.

Para o diretor da Segurança Social de Portalegre, João Carlos Laranjo, o novo equipamento é “fundamental para aumentar a qualidade no apoio à terceira idade”.

NOVO!



MoliCare® Soft Air Active

Uma suave revolução nos cuidados de Incontinência



NOVO! Máxima suavidade

Capa em tecido não tecido para maior suavidade e conforto

NOVO! Aplicação mais fácil

Novo fecho em velcro que assegura uma aplicação mais simples



A nova MoliCare Soft Air Active é uma verdadeira suave revolução. Ela mantém o alto nível de segurança que já conhece e, além disso, é mais confortável. Agora disponível em 4 níveis de absorção.



ajuda a curar.

SAÚDE



Futurália decorreu em Lisboa

Nova parceria para formar cuidadores

UMP e ADVITA assinaram protocolo de cooperação para facilitar o acesso das Misericórdias ao **material formativo** daquela associação

Bethania Pagin

União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e ADVITA (Associação para o desenvolvimento de novas iniciativas para a vida) assinaram recentemente um protocolo de cooperação para facilitar o acesso das Misericórdias ao material formativo daquela associação.

Conforme se lê naquele documento, “as brochuras e DVD para apoio ao cuidador formal e familiar podem constituir-se como um eficaz instrumento de suporte ao desenvolvimento de competências dos cuidadores”. Para mais informações, consultar o site da UMP (www.ump.pt). Foi a 30 de janeiro.

Escola de enfermagem esteve na Futurália

A Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias marcou presença na **Feira de educação, formação e orientação educativa**

“Só quero ver que tipo de música passa no teu coração”. É assim que Carla Carmo, finalista da licenciatura de enfermagem da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias (ESESFM), deixa à vontade os visitantes que se aventuram a medir a tensão arterial, durante a Futurália – Feira de educação, formação e orientação educativa em Portugal.

Começou por cursar Ciências Sociais ao nível da Licenciatura, saltou depois para um mestrado na mesma área, mas depressa percebeu, enquanto trabalhava com o INEM, que era a enfermagem que mais lhe fazia o coração palpitar. “Foi já aos 30 que descobri a minha verdadeira vocação”, refere Carla Carmo em declarações à revista “Mais educativa”.

As perguntas mais frequentes passam por “Quais são as condições de acesso?”; “Quais as saídas profissionais que a licenciatura em enfermagem me oferece”; ou ainda “Será que serei boa enfermeira, se gosto mais de crianças do que de idosos?”. Carla Carmo responde a tudo com muito pormenor, alertando ainda os alunos curiosos que, depois da licenciatura, podem optar por várias especializações, através dos cursos de pós-graduação existentes na escola superior de enfermagem da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), que a 19 de março celebrou o 63.º aniversário.

Para o dia 12 de abril está marcado o dia aberto na ESESFM. Ao fecho desta edição, a iniciativa já contava com mais de uma centena de inscrições.

A Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias é uma entidade com certificação de qualidade desde 2008 e há cerca de um ano passou a integrar a Rede Europeia Erasmus. Com cerca de 350 alunos

Com cerca de 350 alunos inscritos, a escola de enfermagem da UMP já formou mais de sete mil enfermeiros

inscritos, a escola de enfermagem da UMP já formou mais de sete mil enfermeiros.

Além da licenciatura, a Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias oferece ainda várias pós-graduações para especialização

dos enfermeiros. Neste momento, estão a decorrer as candidaturas para os cursos de Humanistic Coaching; Enfermagem no Desporto; Enfermagem de Saúde Familiar; Enfermagem Nefrológica e Técnicas Dialíticas; Enfermagem de Ortopedia e Traumatologia; Prevenção e Tratamento de Feridas - Abordagem Enfermagética. Mais informações em <http://www.enfermagem.edu.pt>

A Escola de Enfermagem nasceu em 1950 e era então designada de Ação Social Ultramarina das Franciscanas Missionárias de Maria. As religiosas que concluíam o curso recebiam o Diploma de Preparação Missionária e de Especialização de Enfermagem Tropical, curso que funcionou até 1969.

Manual para uma alimentação saudável

Ajudar os portugueses a comer de forma mais saudável e económica é objetivo do manual **“Alimentação Inteligente - Coma Melhor, Poupa Mais”**

Ajudar os portugueses a comer de forma mais saudável e económica é objetivo do manual “Alimentação Inteligente - Coma Melhor, Poupa Mais”. A iniciativa pretende indicar as melhores escolhas nutricionais e ensinar a preparar refeições equilibradas e saborosas, sem gastar muito dinheiro. Os leitores podem ainda conhecer o percurso dos alimentos, desde o planeamento da compra até à confeção e conservação.

O manual, produzido pela Edured Portugal e pela Direcção-Geral da Saúde, está disponível na Internet e pode ser descarregado gratuitamente.

APOIO AO DOMICÍLIO: FIAT DOBLÒ FP CARE



A Fiat Professional, marca de veículos comerciais do construtor italiano, assume-se como uma referência incontornável no nosso mercado em soluções de mobilidade e suporte para as actividades de apoio social e humanitário.

O novo Doblò FP Care é uma viatura de apoio domiciliário que permite a entrega de refeições, mudas de roupa e limpeza de pessoas e habitações por forma a que todo o apoio possa ser prestado pelos técnicos de uma forma eficiente.

Projectado e construído para suportar a realização das principais valências ao nível do apoio aos mais idosos e necessitados, esta viatura apresenta-se como uma referência nesta muito solicitada área de trabalho das misericórdias.



O interior do Doblò FP Care é composto por 3 compartimentos estanques.

O primeiro compartimento, na traseira do veículo, está destinado ao transporte de refeições em recipientes térmicos, incluindo ainda uma unidade frigorífica. O segundo compartimento, ventilado, é composto por um armário para o transporte de roupa limpa, e o terceiro possui uma área para armazenamento de roupa suja e outra para o transporte de materiais diversos para a limpeza e arrumação das habitações.

A qualidade de montagem e dos materiais utilizados é evidente ao olhar menos atento e permitem a fácil limpeza de todos os recantos.

O Fiat Doblò FP Care utiliza o motor 1.3 multijet de noventa cavalos de potência, propulsor que possui baixos consumos, especialmente em utilizações porta a porta, bem como reduzidos custos de manutenção, com intervalos de assistência de trinta mil quilómetros

Saiba mais no seu concessionário Fiat Professional

EDUCAÇÃO

Crianças aprendem a fazer pão em Chaves

A visita guiada integra-se no programa pedagógico do **Jardim de Infância Hugo e Vanessa**, da Misericórdia de Chaves



A iniciativa insere-se no programa pedagógico da instituição

Sandra Gonçalves

As crianças do Jardim de Infância Hugo e Vanessa, da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, visitaram recentemente as instalações de uma panificadora local para verem como se faz o pão. Além de observar todas as fases de confeção, ficaram também a conhecer os utensílios necessários para o seu fabrico.

A iniciativa, inserida no programa pedagógico da instituição, pretende ajudar as crianças a compreender um pouco do processo por que passa o pão, que faz parte da alimentação diária. “Essencialmente conhecer a transformação, desde a junção dos ingredientes até ao resultado final”, explicou a educadora Manuela Rosa.

Além de “proporcionar experiências que contribuam para a formação e educação”, a visita visava ainda a sensibilização para a arte de fazer o pão”, acrescentou outra educadora, Cidália Fontes.

Felisbela Carvalho, que não conhece outro ofício porque há 33 anos é amassadora na Padaria Barroso, foi quem serviu de cicerone para o grupo de cerca de 20 crianças. De forma descontraída, os mais novos seguiram-

-lhe os passos com os olhares atentos e curiosos e não resistiram a tocar nos restos da farinha que descaíam da tendedeira.

Às questões e curiosidades da pequenada, a amassadora de serviço respondeu sempre com um sorriso. “Acho muito bem que assim seja porque tem de haver iniciativa para tudo e é de pequenino que se começa a aprender”, sublinhou.

Durante a visita guiada, todos tiveram o privilégio de saborear algumas especialidades da padaria, tais como

Durante a visita guiada, todos tiveram o privilégio de saborear algumas especialidades, como as miniaturas de azeitona

as miniaturas de azeitona, nozes e passas. Para Filipa Nogueira foi “uma delícia e o pão estava quentinho”, disse. “Ver o pão a ir para o forno foi o que mais gostei”, acrescentou Márcio Carvalho. Ambos são utentes do Jardim de Infância Hugo e Vanessa da Santa Casa da Misericórdia de Chaves. Antes de voltarem para casa, todas as crianças foram contempladas com a oferta do lanche.



IBERMÓDULO
Aluguer de Módulos e Equipamentos, Lda

A IBERMÓDULO é sinónimo de qualidade e rigor. A determinação, a experiência e a motivação profissional da sua equipa reflectem-se na originalidade e qualidade das soluções e dos produtos que apresenta. O seu compromisso é prestar um serviço de excelência no fornecimento de soluções modulares pré-fabricadas, cujos resultados correspondem à expectativa e satisfação do cliente.



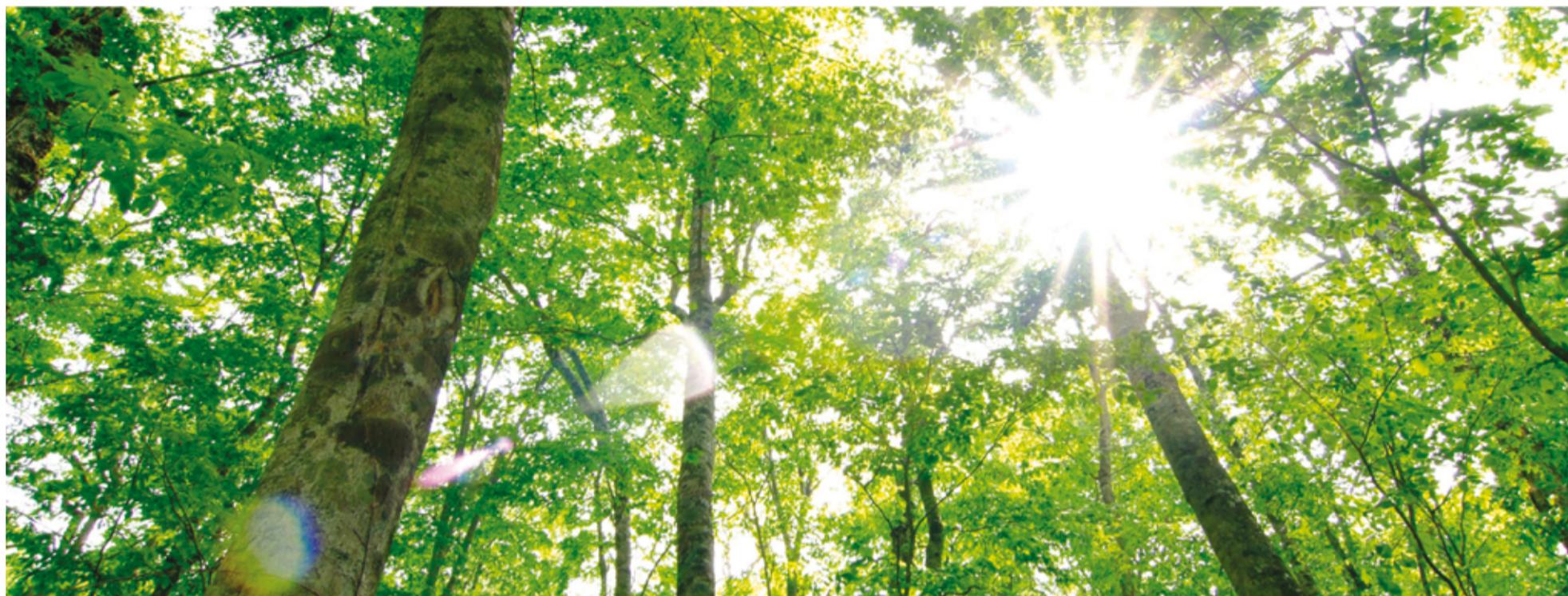
instalações apoio social
instalações apoio escolar
refeitórios
escritórios



sede
Zona Industrial da Murteira
Apartado 194
2135-311 Samora Correia
tel. 263 852 220 / 1
email: geral@ibermodulo.pt

delegação sul
Estrada Nacional 125
Sítio Baceladas - 4 estradas
8100-321 Loulé
tln. 912 440 748
email: sul@ibermodulo.pt

www.ibermodulo.pt



SCA nomeada uma das empresas mais éticas do mundo

Somos uma empresa global, presente em mais de 90 países e dedicada a produtos de higiene pessoal, papel, cartão, papel para publicações e produtos de madeira sólida. Somos líderes em muitas destas áreas com marcas como TENA ou Libero.

Fomos recentemente nomeados como uma das empresas mais éticas do mundo pelo Ethisphere® Institute, pelo quinto ano consecutivo.

Este instituto americano, que tem como missão a promoção, desenvolvimento e partilha das melhores práticas de ética empresarial, responsabilidade social corporativa, anticorrupção e sustentabilidade, avaliou milhares de empresas de mais de 40 setores de atividade, reconhecendo a SCA como exemplo que vai além do que é exigido eticamente e que inclui princípios éticos como fatores fundamentais para o desenvolvimento das suas atividades, marcas e para a sua rentabilidade.

De acordo com Jan Johansson, Presidente e CEO da SCA, “Estamos honrados pelo reconhecimento do Ethisphere® Institute. A ética e a sustentabilidade são fatores que consideramos essenciais para o diferencial de negócio. Os nossos esforços nesta área são reconhecidos pelos clientes, consumidores e investidores, o que fortalece a nossa vantagem competitiva”.

Recorde-se que a ética e a sustentabilidade são parte integrante das operações da SCA e estratégicas para o crescimento e criação de valor. A empresa estabeleceu um plano de metas a alcançar no âmbito da responsabilidade ambiental, social e códigos de conduta e é a maior proprietária privada de floresta da Europa, com 2,6 milhões de hectares.

Saiba mais em <http://ethisphere.com/worlds-most-ethical-companies-rankings/> e conheça as atividades de sustentabilidade da SCA em www.sca.com/sustainability



Libero



clo Life Porque os nossos produtos tornam a vida mais fácil para Si e para milhões de pessoas em todo o mundo. Porque os nossos recursos e a forma como trabalhamos são partes naturais do ciclo de vida global. E porque nos preocupamos.



PATRIMÓNIO

OPINIÃO



Mariano Cabaço
Responsável pelo Património Cultural na UMP

SEMANA SANTA É O TEMPO ESPIRITUAL DAS MISERICÓRDIAS

As Misericórdias portuguesas sempre estiveram ligadas à celebração da Paixão de Cristo. O seu património secular e a iconografia das suas igrejas evidenciam esta realidade. No plano da representação estética, as Misericórdias apresentam o tema de Nossa Senhora da Misericórdia ou Nossa Senhora da Piedade, que representa o acolhimento, o perdão e a proteção da mãe à humanidade. Também o tema da Paixão assume especial destaque, pois pelo exemplo do sofrimento de Cristo para salvação do Homem, devem os irmãos da Misericórdia compadecer-se por todos os que apresentem necessidades e ter compaixão pelos pobres, doentes, moribundos, abandonados e presos.

Este ideário programático vai marcar a história e a vida das Misericórdias ao longo dos mais de cinco séculos de existência.

É neste contexto que devemos interpretar anualmente a mobilização das Misericórdias para a celebração da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, evidentes nas múltiplas iniciativas promovidas durante a Semana Santa.

Podemos até afirmar que a Semana Santa é o tempo espiritual das Misericórdias.

As manifestações públicas que perpetuam tradições de grande religiosidade são prova do compromisso destas instituições, cujos responsáveis máximos tiveram sempre presente no seu espírito três valores fundamentais: a piedade, a caridade e a misericórdia. Esta trilogia vai marcar e orientar a atitude de quem serve os mais necessitados. Nesta lógica, a grande devoção das Misericórdias passa pelo culto do Cristo que sofreu e morreu, entregando-se na cruz por amor aos homens e interpelando-nos com a maior prova de amor e de misericórdia que conhecemos na história. Os irmãos, devotos deste sacrifício sagrado, vão assumir a imitação quotidiana de dar a sua vida pelos que mais necessitam, pese embora na dimensão e limitação humanas.

O sofrimento e a dor retratados na Paixão de Cristo e na Senhora da Soledade são assim uma referência para todas as Misericórdias reconhecerem, na sociedade contemporânea, esse sofrimento em todos os que precisam de



ajuda, consolação e auxílio. Com este programa identitário do exemplo de Cristo viveram e nele se fortaleceram e responsabilizaram no amor aos outros.

Nas tradições mais antigas desta prática religiosa, encontramos a organização, por parte das Misericórdias, das cerimónias evocativas da Paixão e Morte de Cristo. Esta espiritualidade esteve sempre marcada por valores que imanam diretamente da Paixão de Cristo que se humilhou sofrendo, que perdoou e morreu por amor aos outros.

As Misericórdias, fazendo memória deste mistério de fé, vão assim vivenciando, século após século, as manifestações desta prática cristã. Promovem o culto a Nossa Senhora da Piedade, símbolo máximo do sofrimento materno pelo martírio do Filho. Incentivam e divulgam a devoção aos Passos da Paixão que conduzem ao momento final da morte de Cristo na cruz e ao sofrimento supremo de sua Mãe. Neste quadro se resume e representa o conceito supremo de Misericórdia.

Os compromissos das Misericórdias estabelecem algumas regras que vão enquadrar estas celebrações em cada localidade.

Um dos primeiros compromissos da Misericórdia de Lisboa, seguido depois por todo o reino, refere: “seram obrigados os ditos irmãos hyr a casa a dita confraria(...) por dia de quinta-feira dendoenças a noite para a processam dos penitentes que se faz polla cidade: hyndo visitar o santo sepulcro onde o senhor estiver.”

Atualmente as Misericórdias, para além da sua atividade social, dedicam especial atenção ao tempo litúrgico da Páscoa assumindo a organização e participação nas cerimónias da Semana Santa. Esta espiritualidade é fruto, como já vimos, de uma identidade própria destas instituições. Todos os rituais de integração de irmãos na Misericórdia assim como o seu propósito de atuação estão intrinsecamente ligados às obras de misericórdia do Evangelho. Desta forma, a manifestação pública da devoção e de afirmação da sua mensagem distribui-se ao longo deste tempo quaresmal por inúmeras manifestações de fé.

Destacamos, só a título de exemplo, a participação das Irmandades nas procissões do Senhor dos Passos que, nos últimos domingos da Quaresma, se realizam em todo o País. Nesta procissão as Misericórdias integram-se com as bandeiras, vultos da Paixão, bandeira real e as insígnias dos irmãos e mesários. Em muitas localidades a Misericórdia, nesta procissão, assume ainda a preparação e condução do andor de Nossa Senhora das Dores, promovendo com grande emoção o quadro bíblico do encontro no qual Maria se aproxima de seu Filho carregando a cruz em sofrimento e o acompanha na via dolorosa até ao calvário.

No Domingo de Ramos, muitas são as Misericórdias que acolhem nas suas igrejas a cerimónia da Bênção dos Ramos e a partir daí organizam a procissão até à igreja matriz.

Outro momento participado pelas

Misericórdias, embora em menor número, por estas cerimónias se deixarem de realizar em muitas localidades, é o Ofício das Trevas realizado na quarta-feira da Semana Santa. Nesta cerimónia os mesários assumiam um conjunto de tarefas, nomeadamente na leitura de textos bíblicos e na colocação dos cirios no candeeiro das trevas. No momento evocativo das trevas e no período que ia até à Vigília Pascal, eram ainda os irmãos que faziam soar as matracas.

Na quinta-feira Santa, dia grande da Misericórdia ou da Reconciliação é o momento alto da mobilização das instituições. Neste dia a Misericórdia promove na sua igreja a celebração da instituição da Eucaristia e a cerimónia do Lava-pés.

No final, organizam a procissão do Santíssimo até à igreja matriz onde as partículas sagradas são colocadas na arca tumular, em altar próprio preparado para o efeito.

Na quinta-feira Santa tem lugar também, por iniciativa da Misericórdia, a Procissão das Endoenças, onde voltam as participar todos os irmãos e onde na maioria das localidades é transportado o andor do Senhor da Cana Verde ou Ecce Homo assim como o da Senhora das Dores.

Na sexta-feira Santa são organizadas as cerimónias da Adoração da Cruz e a Procissão do Enterro do Senhor. Nesta procissão é apresentado, para além do Esquife do Senhor Morto, o andor da Senhora das Dores e um terceiro andor com a Senhora da Piedade ou Pietá. As Misericórdias assumem estas procissões com especial dedicação e muita devoção. Diga-se, a este propósito, que as principais imagens e alfaias religiosas utilizadas nestas cerimónias são, na sua maioria, propriedade da Misericórdia e estão guardadas ou expostas nas suas Igrejas.

As Misericórdias estiveram e estão em cada comunidade, nos momentos altos da celebração da fé cristã. Esta particularidade vem coroar a sua ação quotidiana, em que a par das obras corporais realizadas diariamente nas repostas sociais, as Misericórdias assumem a sua vertente espiritual de profunda identidade cristã.

Tradição, fé e devoção são também elementos fundacionais da identidade das Misericórdias portuguesas.

A espiritualidade das Misericórdias esteve sempre marcada por valores que imanam diretamente da Paixão de Cristo que se humilhou sofrendo, que perdoou e morreu por amor aos outros

ESTANTE



História da Inquisição portuguesa em livro

Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva apresentaram recentemente a **primeira história da Inquisição portuguesa**. Uma edição da Esfera dos Livros

Bethania Pagin

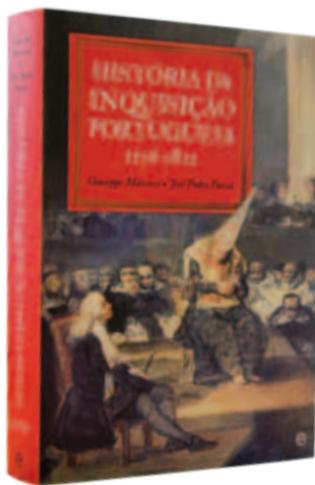
Em 1536 começava a funcionar, em Évora, onde a corte residia, a Inquisição. O seu objetivo principal era defender a fé e a Igreja. A bula papal da fundação explicitava a natureza dos crimes sob a sua alçada. Apelava-se a todos para que denunciasses qualquer pessoa suspeita de ter aderido às crenças luteranas, observado cerimónias e costumes judaicos ou islâmicos, negado a existência da vida eterna, acreditado na transmigração das almas até ao dia do Juízo, contestado a virgindade de Nossa Senhora ou que Cristo fosse o Messias prometido no Antigo testamento, praticado a bigamia, bruxaria ou feitiçaria, possuído livros proibidos, incluindo bíblias escritas em línguas vernáculas. Iniciava-se uma perseguição que levou milhares de vítimas, homens e mulheres, pelas suas ideias e comportamentos a serem presas, processadas e, no limite, mortas nas fogueiras por condenação do Santo Ofício.

Nascia, deste modo, no coração do renascimento, a Inquisição que marcou de forma vincada a História de Portugal e do seu império durante 285 anos. A sua influência continua a sentir-se ainda hoje, em certas dimensões da vida institucional e até nos costumes de modo de ser de pensar.

Numa pesquisa rigorosa e baseada na consulta exaustiva de arquivos e bibliotecas, Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva apresentam a primeira história da Inquisição portuguesa, desde a sua fundação à extinção em 1821. “História da Inquisição portuguesa: 1536-1821” é uma edição da Esfera dos Livros.

Uma obra única e original que permite perceber a história, a vida institucional e judiciária do Tribunal da Fé, a sua evolução, com os seus períodos de crise e de maior perseguição. Sem nunca esquecer as histórias dos homens que formavam este órgão e as suas vítimas – cristãos-novos, feiticeiros, bruxas e outros hereges – que questionavam os dogmas ou a ordem social instituída e, por isso, sofreram duras perseguições e torturas, tendo muitos comparecido em autos de fé celebrados em praças públicas.

O livro foi apresentado por D. Manuel Clemente na FNAC do Chiado, em Lisboa a 11 de março. Para o bispo do Porto, o livro é uma contribuição



A CONSPIRAÇÃO DOS FIDALGOS

Alexandre Rocha

Êsquilo, novembro 2012

fundamental para a história e a cultura portuguesas. “Porque é a primeira a ser feita na cronologia específica e completa e porque nos proporciona, com grande substância e fluência, a ideia extraída da maior informação disponível. Concordaremos todos não ser empresa fácil para dois autores academicamente ocupados, em tão pouco tempo e em meio milhar de páginas. Só a grande competência própria lho permitiu - e felizmente permitiu.”

LISTA DE LIVROS



MISERICÓRDIA DE MIRANDA DO DOURO: HISTÓRIA E SOLIDARIEDADE

António Rodrigues Mourinho

Misericórdia de Miranda do Douro, 2012

O trabalho teve origem numa investigação começada há quase 40 anos, em 1975. Segundo escreve o autor no prólogo, foi um seminário sobre pintura no nordeste transmontano no século XVII o mote para as primeiras pesquisas efetuadas no arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro. Mas foi apenas em 1991 que começaram os trabalhos para a realização de um sonho antigo do autor: “transmitir por escrito às populações da cidade e da terra de Miranda a história da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro”. O resultado foi publicado em setembro de 2012, a propósito das comemorações do 456.º aniversário da instituição.

Pela Misericórdia de Miranda do Douro, continua António Rodrigues Mourinho, “passaram homens de inteligência e virtude que foram e serão, sempre, lembrados como a bússola espiritual dos mirandeses. Provedores insígnos, nobres, clérigos, incluindo uma parte dos bispos da diocese de Miranda e homens do povo que dedicaram muito da sua vida, dos seus bens e da sua oração à Santa Casa, ao serviço dos pobres, peregrinos, presos, mortos, desvalidos da sorte, consolando os tristes, corrigindo os que erravam, enterrando os mortos e rezando por vivos e defuntos”.



O MOVIMENTO DA OBSERVÂNCIA FRANCISCANA EM PORTUGAL

Vítor Gomes Teixeira

Editorial Franciscana, 2010

Da autoria de Vítor Gomes Teixeira, a obra “O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517)”relata a história, património e cultura de uma experiência de reforma religiosa. Com a chancela do Centro de Estudos Franciscanos, este estudo do professor universitário apresenta o movimento da Observância franciscana, entre os séculos XIV e XVI, com uma grande consistência documental. A nota de abertura é assinada por D. Manuel Clemente, que escreve: “De tudo demos notícias, das figuras às ideias, do património à cultura, da ação à presença no território, dos poderes ao respectivo exercício. Muito lucraremos com a leitura atenta dessas páginas.”

O prefácio é do professor da faculdade de Letras da Universidade do Porto, Geraldo Coelho Dias, para quem “este trabalho, que fazia falta, aproveita à Ordem Franciscana em geral porque permite aquilatar da sua vida, dificuldades e esforços em renovar e reavivar o ideal de S. Francisco. Por sua vez, historiadores e homens da cultura e da história, através deste estudo, tão pouco poderão ignorar que a história da Igreja católica e suas instituições faz parte da história da Europa e da humanidade. Deste modo, estamos todos de parabéns pela publicação dum trabalho que, celebrando oitocentos anos de franciscanismo, aparece revestido de atualidade e utilidade”.

A obra do Centro de Estudos Franciscanos contou com o apoio da União das Misericórdias Portuguesas.

VOZ ATIVA

EDITORIAL



Paulo Moreira
paulo.moreira@ump.pt

UM SALTO QUALITATIVO

O parlamento aprovou, por unanimidade, a Lei de Bases da Economia Social. Esperamos que a sua regulamentação decorra com a brevidade possível e que sejam criadas condições que possibilitem o crescimento e o fortalecimento do setor social

Uma boa notícia, não só porque há muito que o setor reclamava e necessitava de ter clarificado o seu enquadramento legal, mas também por constatarmos que numa matéria tão sensível, todos os partidos com assento parlamentar, apesar das posições diversas que têm sobre muitas matérias, foram capazes de encontrar neste caso um texto consensual.

Se atendermos ao seu peso no PIB e no emprego criado direta e indiretamente, torna-se mais clara a importância da lei agora aprovada, como instrumento crucial para que se possa verificar um crescimento sustentado, apoiado numa gestão cada vez mais competente e profissional.

Esta lei permitirá que o setor social possa dar um salto qualitativo, criando novas formas de relacionamento entre si e um novo relacionamento com o setor público e o setor privado, definindo com clareza o que cada um pode e deve fazer e com que regras.

Têm sido muitos os preconceitos face ao setor social tratado geralmente como parente pobre. Vai ser precisa perseverança, determinação e profissionalismo para traçar um caminho claro, justo e equilibrado para o setor social, e a Lei de Bases terá seguramente um papel central, possibilitando torná-lo um parceiro com plenitude de direitos frente aos outros dois setores.

Acredito que as provas de vitalidade e capacidade até agora demonstradas num quadro de grande adversidade são o garante de que, com um novo enquadramento mais favorável, será possível ao setor social alcançar patamares de desenvolvimento e organização muito elevados com evidentes e claros ganhos para as populações que servem e a onde estão profundamente enraizados.

VM

VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Órgão noticioso das Misericórdias em Portugal e no mundo

Propriedade:
União das Misericórdias Portuguesas

Contribuinte:
501 295 097

Redação e Administração:
Rua de Entrecampos, 9,
1000-151 Lisboa

Tels:
218 110 540
218 103 016

Fax:
218 110 545

e-mail:
jornal@ump.pt

Tiragem do n.º anterior:
13.550 ex.

Registo:
110636

Depósito legal n.º:
55200/92

Assinatura Anual: Misericórdias

Normal - €20
Benemérita - €30

Outros:

Normal - €10
Benemérita - €20

Fundador:
Dr. Manuel Ferreira da Silva

Diretor:
Paulo Moreira

Editor:
Bethania Pagin

Design e Composição:
Mário Henriques

Publicidade:
Paulo Lemos

Colaboradores:
Alexandre Rocha
Filipe Mendes
Patrícia Leitão
Patrícia Posse
Paulo Prata

Assinantes:
Sofia Oliveira

Impressão:
Diário do Minho
- Rua de Santa Margarida, 4 A
4710-306 Braga
Tel.: 253 609 460



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

OPINIÃO



José Manuel Fernandes
Deputado europeu

PORTUGAL INCLUSIVO E O ORÇAMENTO 2014/2020

A União Europeia tem de fazer face a múltiplos desafios políticos comuns a todo o planeta, como a globalização, a escassez de recursos naturais e as alterações climáticas. Mas há outros que na UE têm maiores repercussões, como a gestão das migrações, o aprovisionamento energético e o envelhecimento da população – especialmente preocupante na União Europeia e em Portugal: a média da idade dos portugueses, em 1960, era de 27,8 anos, ultrapassando hoje os 40,7 anos.

Para fazer face a estes desafios, e tendo em vista a melhoria da competitividade global da União Europeia, a redução das desigualdades e das disparidades regionais, a promoção do emprego e da inclusão social, a UE aprovou a Estratégia Europa 2020, que assenta em 3 prioridades: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta estratégia tem 7 ações emblemáticas que deverão ser financiadas pelo orçamento plurianual 2014/2020: Agenda Digital para a Europa; União da Inovação; Juventude em movimento; Uma Europa eficiente em termos de recursos; Política industrial para a era da globalização; Agenda para novas competências e empregos; Plataforma europeia contra a pobreza.

A estratégia Europa 2020 que guiará o orçamento plurianual 2014/2020 estipula 5 objetivos a atingir em 2020. Pretende-se aumentar para 75%, até 2020, a taxa de emprego na faixa etária dos 20 aos 64 anos, inserindo mais pessoas no mercado de trabalho, especialmente as mulheres, os jovens, os trabalhadores mais idosos ou pouco qualificados e os migrantes legais.

Os objetivos passam ainda por aumentar o investimento na investi-

ção e desenvolvimento (I&D) e na inovação, reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa, aumentar a utilização de energias renováveis e a eficiência energética. Na educação, pretende-se reduzir as taxas de abandono escolar para níveis inferiores a 10% e aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos com um diploma do ensino superior ou equivalente. Por fim, temos um objetivo social: pretende-se reduzir, em pelo menos 20 milhões, o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. Portugal definiu como objetivo retirar 200 mil pessoas da pobreza – um número que deve ser revisto, já que este foi definido em 2010 e, entretanto, a situação económica agravou-se.

É evidente que as prioridades e estes objetivos estão entrelaçados e influenciam-se mutuamente.

A inclusão significa também coesão social e territorial, o que implica uma boa e equitativa gestão dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE, FC) e do desenvolvimento rural (FEADER).

O Fundo Social Europeu (FSE) – com a mais elevada taxa de execução em Portugal – continuará a ser o principal fundo para o combate à pobreza e promoção da coesão social. Note-se que, todos os anos, na EU, cinco milhões de desempregados e cerca de um milhão de pessoas de grupos desfavorecidos beneficiam da assistência direta do FSE.

Na Política de Coesão, prevê-se para Portugal, relativamente ao período 2014/2020, um envelope de 19,6 mil milhões de euros, com taxas de cofinanciamento de: 85% nas regiões Norte, Centro e o Alentejo (regiões menos desenvolvidas com um PIB per capita inferior a 75% da média do PIB da UE), tal como nas

regiões dos Açores e Madeira; 60% no Algarve (região de transição com PIB per capita entre 75% e 90% da média do PIB da UE 27); e 50% na região de Lisboa e Vale do Tejo. Estas taxas podem ser majoradas em 10% até 2016.

No desenvolvimento rural, prevê-se um envelope financeiro de 3.6 mil milhões de euros, com uma taxa de cofinanciamento de 75% para o Norte, Centro, Alentejo, Açores e Madeira, e 63% para o Algarve. Estas taxas podem também ser majoradas em 10% até 2016.

Para além destes fundos garantidos pelo orçamento da UE e geridos por Portugal, há programas e outros fundos geridos centralmente pela Comissão Europeia, a que não temos dado a devida atenção e que podem ser uma mais valia de grande relevo face às necessidades que Portugal enfrenta.

É o caso do Daphne III, destinado a combater a violência exercida contra as crianças, os adolescentes e as mulheres. Realço ainda o programa Progress, que visa conceder apoio financeiro à aplicação dos objetivos da União Europeia no domínio do emprego e dos assuntos sociais. O Microfinanciamento Progress destina-se a melhorar o acesso a microcrédito (empréstimos inferiores a 25.000€ a grupos em risco, assim como apoiar o empreendedorismo, a economia social e as microempresas. Para ajudar a apoiar trabalhadores desempregados podemos socorrer-nos do Fundo de Ajustamento à Globalização.

Refira-se ainda que o orçamento plurianual 2014/2020 terá um programa de apoio às pessoas carenciadas da UE, no valor de 2.500 milhões de euros.

O objetivo da inclusão deverá constar da estratégia nacional para os anos 2014/2020 e terá de ser traduzido para programas que mobilizem e envolvam o governo, as autarquias, empresas e, obviamente, as instituições que trabalham para este objetivo, onde destaco as Misericórdias.

Na verdade, com a confiança e sustentabilidade de uma base estrutural com cinco séculos de vida, as Misericórdias portuguesas, por força da sua proximidade aliada à capacidade de empreendedorismo e inovação, cumprem hoje um papel decisivo a favor dos estratos sociais mais desfavorecidos e que importa aproveitar e promover para garantir um crescimento mais inclusivo e, simultaneamente, mais inteligente e sustentável.

O objetivo da inclusão deverá constar da estratégia nacional para os anos 2014/2020 e terá de ser traduzido para programas que mobilizem e envolvam o governo, as autarquias, empresas e, obviamente, as instituições que trabalham para este objetivo, onde destaco as Misericórdias

REFLEXÃO



Carlos Andrade
Membro do Secretariado nacional da UMP

REDUZIR DESPESA PÚBLICA SEM CORTAR NO ESTADO SOCIAL

A discussão sobre as funções sociais do Estado tem vindo a ser feita no pressuposto de que, por via das exigências da Troika, temos que reduzir na despesa pública e consequentemente diminuir nas verbas afetas à proteção social dos portugueses.

A questão colocada desta forma condena o que realmente interessará discutir e tem-se ficado nas opiniões inflamadas e obviamente muito dependentes dos enquadramentos político-partidários, já que ninguém se quer comprometer com soluções que prejudiquem de alguma forma as expectativas eleitorais.

Estamos, portanto, perante uma não-discussão ou, se preferirmos, perante a maior das falácias: inúmeras personalidades dedicam horas preciosas do seu tempo, afinal, a discutir nada, já que por muito que as boas intenções vinguem no seu íntimo, assumi-las implicaria uma tomada de posição que obrigaria o sistema a ser, deixando, nesse dia, de apenas existir.

Lamentamos todos que assim o seja porque pensar quais devem ser as funções sociais que o Estado assegura e de que forma o deve fazer é um desiderato nacional obrigatório, independentemente dos memorandos que obrigam o estado nesse momento.

Esta deveria ser uma discussão amplamente participada, sem os tradicionais entraves eleitorais, que muito enviesam e distorcem a questão, impossibilitando, assim, que se cheguem às tão necessárias conclusões.

Na minha opinião é possível reduzir a despesa pública sem que obrigatoriamente estejamos condenados a diminuir a verba para a proteção social.

O que importa mesmo discutir é o que o Estado tem que assegurar de proteção aos cidadãos, bem como se será o Estado a entidade que concretiza esse objetivo. Depois, não ignorar, se o Estado o fará efetivamente, a custos mais baixos ou se esta é outra falácia.

Na discussão pública facilmente se constata que existe uma dicotomia entre funções públicas (exercidas pelo Estado) e a atividade privada no exercício de funções públicas (são as conhecidas PPP - parcerias publico privadas) e o exercício do diálogo oficial esgota-se logo nesta alternativa.

Havendo sempre uma desconfiança latente na iniciativa privada na prossecução do interesse público. Já a sua marca de água, sendo o lucro, faz desconfiar à partida, da possibilidade de compatibilizar essas duas traves mestras de edifícios destintos. Ou seja, o interesse público versus lucro,



especialmente em áreas delicadas como a saúde.

Ora, tal dicotomia é redutora e não preenche a totalidade da riqueza constitucional desta matéria. Ao lado do setor público e do setor privado, tem cobertura constitucional e com o mesmo peso legal o setor da economia social, recentemente (e finalmente) com enquadramento legal na sua lei de bases.

Porque não entra verdadeiramente em plano de igualdade nesta discussão tão importante?

Por uma razão simples, porque os defensores da iniciativa privada e os fundamentalistas da intervenção direta do Estado são contra e desvalorizam essa opção insistentemente por receio (fundado, diga-se).

O setor da economia social não visa o lucro e pretende única e exclusivamente cumprir objetivos de utilidade pública.

Parece-me assim que se torna incontornável fazer entrar o setor social na equação, assumidamente, de modo a atingir uma solução que garanta a continuação da proteção social, mas consiga efetivamente reduzir a fatura aos cofres públicos.

Para não entrarmos em falácias vejamos dois exemplos de dois ministérios chamados do social:

O Ministério da Educação com o objetivo de aumentar o número de alunos no pré-escolar abriu mais salas pelo país a cargo das câmaras municipais. Aumentou a proteção social? Não. Só aumentou os gastos públicos. Numas comunidades não teve o cuidado de avaliar o impacto dessa decisão nos pré-escolares existentes e levou a que, por cada nova sala do setor público aberta, encerrasse uma outra do setor social, por falta de crianças. Muitas destas salas que encerraram construíram-se com dinheiros públi-

cos e mesmo naquelas localidades em que o número de crianças já não era suficiente, o custo de uma criança no setor público é muito mais elevado do que no setor social. Não se alargou a rede como foi anunciado nas campanhas: substituiu-se a rede.

Temos hoje uma rede chamada de cuidados continuados cujas camas (por exemplo na longa duração) custam ao Estado 29 euros por dia e, ao mesmo tempo, temos doentes internados nos hospitais públicos com custos de 900 euros por dia. É completamente aceite que há pessoas que estariam mais bem apoiadas e cuidadas na rede de cuidados continuados do que nos hospitais. E porque que o óbvio não acontece? Uma dupla resposta. Primeiro porque não há coragem política para reduzir camas nos hospitais e, segundo, porque a rede de cuidados continuados pertence na sua maioria ao setor social e não ao público.

Poderemos ser tentados a achar que a dimensão do corte (por demanda da Troika) é de tal ordem que não vale a pena cuidar destas questões e que o que nos resta é cortar cegamente e pronto.

Erro fatal, porque a dimensão duma acertada política de transferência de funções para o setor social está por identificar e esta poderia conferir à intervenção pública uma visão de preocupação com a proteção dos cidadãos que lhe daria credibilidade e isto também serviria as campanhas eleitorais.

Sabemos hoje que uma política para dar resultados não pode reduzir-se a único vetor, mas ser de espectro amplo e variado ou não fosse a realidade social pluridimensional.

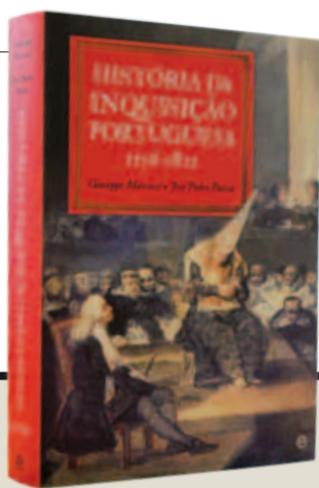
O setor da economia social existe, está bem enraizado no tecido social, tem dimensão para ter massa crítica, tem credibilidade e tem um campo larguíssimo para crescer e assim ajudar o país neste momento crítico da nossa história. Todos contamos.

Falta perceber que a economia social não é o parente pobre e que tem um papel de igual relevo ao lado do setor público ou privado.

Entendo não ser possível encontrar um caminho justo e equilibrado neste labirinto de dificuldades se não chamarmos a economia social a participar de forma clara e sem preconceitos.

A lei bases já chegou, falta agora perder o medo de existir e colocar na mesma frente de batalha os três setores. Porque, como dizia o autor, na guerra podemos atacar ou fugir. Ficar parados é que não é solução.

Pensar quais devem ser as funções sociais que o Estado assegura e de que forma o deve fazer é um desiderato nacional obrigatório, independentemente dos memorandos que obrigam o estado nesse momento



Livro História da inquisição em Portugal

Estante → Pág. 21

Viana do Castelo Igreja reaberta ao público

Panorama → Pág. 2



Vila Real Uma plateia, três gerações no teatro

Em Ação → Pág. 11

ÚLTIMA HORA

www.ump.pt

03/13

Assembleia geral a 13 de abril

As Misericórdias portuguesas vão reunir-se em assembleia geral para aprovação do relatório e e contas do ano de 2012. A reunião magna vai ter lugar no Centro João Paulo II, em Fátima, a 13 de abril. A convocatória está disponível no site da União das Misericórdias Portuguesas. O acesso é reservado para utilizadores registados.

Gaia planta 1000 árvores

A Misericórdia de Gaia marcou o Dia da Árvore e da Floresta, a 21 de março, com a plantação de 1000 novas árvores. Uten-tes, entre crianças e idosos, colaboradores, dirigentes e amigos já cumpriram parte da missão popular que diz que todo o homem deve "plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro".

Colaboradores têm prémio na Mealhada

Atendendo à situação atual do país e tendo em conta o esforço feito pelos colaboradores, a Misericórdia da Mealhada decidiu atribuir um prémio monetário, no valor de um ordenado mínimo, a mais de 220 funcionários. "Este é um gesto de grande significado e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por todos", disse o provedor.

Foram 27 as Misericórdias que já obtiveram **apoio financeiro** no âmbito das linhas de crédito criadas recentemente pelo governo e pelo Montepio Geral

Bethania Pagin

Foram 14 as Misericórdias que já obtiveram apoio financeiro no âmbito da linha de crédito criada em 2012 pelo governo para apoiar entidades de economia social. O objetivo desta medida prevista no Plano de Emergência Social é apoiar as instituições que, tendo avançado com empreitadas no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano e Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, estejam com dificuldades de tesouraria.

Através desta linha de crédito, as instituições cuja candidatura foi aceite tiveram direito a um empréstimo até o valor máximo de 500 mil euros e era obrigatória a apresentação de um estudo de viabilidade financeira.

As candidaturas tiveram que ser validadas pelas estruturas representativas das várias instituições. No caso



Prazo para pagamento é de sete anos

da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), o trabalho foi efetuado por duas empresas recrutadas para o efeito, sempre em estreita articulação com a União.

Posteriormente, as candidaturas foram analisadas por uma comissão

As candidaturas foram analisadas por uma comissão executiva presidida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

executiva, criada para o efeito, presidida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e onde estão representados o Instituto de Segurança Social, o Montepio Geral (entidade bancária escolhida para a iniciativa), a CNIS a União das Mutualidades e a UMP.

As 14 candidaturas aprovadas representam um montante de cerca de seis milhões de euros. O prazo para o pagamento é de 7 anos, sendo que os dois primeiros são de carência.

Para aumentar o montante disponível para as instituições de economia social com problemas de tesouraria, o Montepio Geral criou outra linha de crédito para o terceiro setor. Ao contrário da linha do governo cujo prazo de candidaturas já está há muito encerrado, esta linha continua aberta e a receber candidaturas. Até ao momento, já foram contempladas cerca de 25 Misericórdias num montante de cerca de 21 milhões de euros. Neste caso, é a própria entidade bancária a estabelecer, caso a caso, o juro a aplicar, o prazo e o montante do empréstimo. Para mais informações, consultar a circular 42/12. O acesso às circulares no site da União das Misericórdias Portuguesas é reservado a utilizadores registados.

Descubra a Misericórdia na sua terra

Abrantes Águeda Aguiar da Beira Alandroal Albergaria-a-Velha Albufeira Alcácer do Sal Alcáçovas Alcafozes Alcanede Alcantarilha Alcobaca Alcochete Alcoutim Aldeia Galega da Merceana Alegrete Alenquer Alfaiates Alfândega da Fé Alfeizerão Algofo Alhandra Alhos Vedros Aljô Aljezur Aljubarrota Aljustrel Almada Almeida Almeirim Almodovar Alpalhão Alpedrinha Altares Alter do Chão Alvaiázere Álvaro Alverca da Beira Alverca Alvito Alvor Alvorge Amadora Amarante Amares Amieira do Tejo Anadia Angra do Heroísmo Ansião Arcos de Valdevez Arez Arganil Armação de Pera Armamar Arouca Arraiolos Arronches Arruda dos Vinhos Atouguia da Baleia Aveiro Avis Azambuja Azaruja Azeitão Azinhaga Azinhoso Azurara Baião Barcelos Barreiro Batalha Beja Belmonte Benavente Benedita Boliqueime Bombarral Borba Boticas Braga Bragança Buarcos Cabeção Cabeço de Vide Cabrela Cadaval Caldas da Rainha Calheta/Açores Calheta/Madeira Caminha Campo Maior Canas de Senhorim Canha Cano Cantanhede Cardigos Carrizada de Ansiães Carregal do Sal Cartaxo Cascais Castanheira de Pera Castelo Branco Castelo de Paiva Castelo de Vide Castro Daire Castro Marim Celorico da Beira Cerva Chamusca Chaves Cinfães Coimbra Condeixa-a-Nova Constância Coruche Corvo Covilhã Crato Cuba Elvas Entradas Entroncamento Ericeira Espinho Esposende Estarreja Estombar Estremoz Évora Évoramonte Fafe Fão Faro Fátima/Ourém Felgueiras Ferreira do Alentejo Ferreira do Zêzere Figueira de Castelo Rodrigo Figueiró dos Vinhos Fornos de Algodres Freamunde Freixo de Espada à Cinta Fronteira Funchal Fundão Gáfete Galizes Gavião Góis Golegã Gondomar Gouveia Grândola Guarda Guimarães Horta Idanha-a-Nova Ílhavo Ladoeiro Lages das Flores Lages do Pico Lagoa Lagoa/Açores Lagos Lamego Lavre Leiria Linhares da Beira Loulé Loures Lourçal Lourinhã Lousã Lousada Mação Macedo de Cavaleiros Machico Madalena Mafra Maia/Açores Maia/Porto Mangualde Manteigas Marco de Canaveses Marinha Grande Marteleira Marvão Matosinhos Mealhada Meda Medelim Melgaço Melo Mértola Mesão Frio Messejana Mexilhoeira Grande Miranda do Corvo Miranda do Douro Mirandela Mogadouro Moimenta da Beira Monção Moncarapacho Monchique Mondim de Basto Monforte Monsanto Monsaraz Montalegre Montalvão Montargil Montemor-o-Novo Montemor-o-Velho Montijo Mora Mortágua Moscardide Moura Mourão Murça Murto Nazaré Nisa Nordeste Odivelas Oeiras Oleiros Olhão Oliveira de Azeméis Oliveira de Frades Oliveira do Bairro Ourique Ovar Paços de Ferreira Palmela Pampilhosa da Serra Paredes de Coura Paredes Pavia Pedrogão Grande Pedrogão Pequeno Penacova Penafiel Penalva do Castelo Penamacor Penela da Beira Penela Peniche Pernes Peso da Régua Pinhel Pombal Ponta Delgada Ponte de Barca Ponte de Lima Ponte de Sor Portalegre Portel Portimão Porto de Mós Porto Santo Porto Póvoa de Lanhoso Póvoa de Santo Adrião Póvoa de Varzim Povoação Praia da Vitória Proença-a-Nova Proença-a-Velha Redinha Redondo Reguengos de Monsaraz Resende Riba de Ave Ribeira de Pena Ribeira Grande Rio Maior Rosmaninhal S. Bento Arnóia/Celorico de Basto S. Brás de Alportel S. João da Madeira S. João da Pesqueira S. Mateus do Botão S. Miguel de Refojos/Cabeceiras de Basto S. Pedro do Sul S. Roque de Lisboa S. Roque do Pico S. Sebastião S. Vicente da Beira Sabrosa Sabugal Salvaterra de Magos Salvaterra do Extremo Sangalhos Santa Clara-a-Velha Santa Comba Dão Santa Cruz/Madeira Santa Cruz da Graciosa Santa Cruz das Flores Santa Maria da Feira Santar Santarém Santiago do Cacém Santo Tirso Santulhão Sardoal Sarzedas Segura Seia Seixal Semide Sernancelhe Serpa Sertã Sesimbra Setúbal Sever do Vouga Silves Sines Sintra Soalheira Sobral de Monte Agraço Sobreira Formosa Soure Sousel Souto Tábua Tabuaço Tarouca Tavira Tentúgal Terena Tomar Tondela Torrão Torre de Moncorvo Torres Novas Torres Vedras Trancoso Trofa Unhão Vagos Vale de Besteiros Vale de Cambra Valença Valongo Valpaços Veiros Venda do Pinheiro Vendas Novas Viana do Alentejo Viana do Castelo Vidigueira Vieira do Minho Vila Alva Vila Cova de Alva Vila de Cucujães Vila de Frades Vila de Óbidos Vila de Pereira Vila de Rei Vila de Velas Vila do Bispo Vila do Conde Vila do Porto Vila Flor Vila Franca de Xira Vila Franca do Campo Vila Nova da Barquinha Vila Nova de Cerveira Vila Nova de Famalicão Vila Nova de Foz Côa Vila Nova de Gaia Vila Nova de Poiares Vila Pouca de Aguiar Vila Praia da Graciosa Vila Real de Santo António Vila Real Vila Velha de Rodão Vila Verde Vila Viçosa Vimeiro Vimieiro Vimioso Vinhais Viseu Vizela Vouzela

Onde mora a solidariedade